



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE MAIO DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[José António Ribeiro de Carvalho](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.º [750/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente as margens de lucro nos fertilizantes agrícolas, e n.º [833/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente, do Projeto de Lei n.º [608/XVII/1.ª](#) (CH) — Promove a produção agrícola nacional com vista a atingir a soberania e segurança alimentar de forma sustentável, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.ºs [920/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação do aumento dos custos dos fatores de produção na agricultura, [925/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda medidas de combate ao aumento do preço dos fertilizantes agrícolas, [935/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que limite

excecionalmente a margem fiscal do Estado nos fertilizantes agrícolas, energia, combustíveis e bens alimentares essenciais, [936/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente, e [940/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a limitação excecional das margens de lucro na comercialização de fertilizantes agrícolas, com reforço do apoio à produção agrícola nacional, a aplicação do IVA zero aos bens essenciais do cabaz alimentar e a redução temporária do IVA dos combustíveis e a regulação do seu preço de venda ao público. Intervieram os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [João Lopes Aleixo](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Fernando Queiroga](#) (PSD), [José Dotti](#) (CH), [Pedro do Carmo](#) (PS), [Hernâni Dias](#) (PSD) e [Pedro](#)

Pinto (CH).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 122/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Integração na Carreira de Investigação Científica, 606/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Aprova um regime específico para a integração de investigadores na carreira de investigação científica e 614/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Substituição das bolsas por contratos de trabalho através da criação do Regime Jurídico do Investigador em Formação ou Iniciação Científica, e os Projetos de Resolução n.ºs 905/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Medidas de reforço da estabilidade contratual na investigação científica e de valorização das carreiras de investigação, e 924/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela integração dos investigadores bolsistas da carreira de investigação científica. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados Paulo Raimundo (PCP), José Carvalho (CH), Ana Isabel Ferreira (PSD), Patrícia Gonçalves (L), Fabian Figueiredo (BE), Manuela Tender (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Aida Carvalho (PS), Ana Gabriela Cabilhas (PSD) e Angélique da Teresa (IL).

Debateram-se, conjuntamente, o Projeto de Resolução n.º 889/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD) — Pelo alargamento do Passe do Antigo Combatente a todo o território nacional, e pela maior eficiência nos pagamentos feitos pelo Estado às empresas de transportes, os Projetos de Lei n.ºs 153/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estende a gratuidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional, e 613/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Alarga a todo o território nacional a gratuidade dos transportes coletivos para os antigos combatentes e para as viúvas e viúvos de antigos combatentes (altera a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que aprova o Estatuto do Antigo Combatente), na generalidade, bem como o Projeto de Resolução n.º 892/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo que assegure a plena efetividade do Passe do Antigo Combatente, a simplificação dos respetivos procedimentos e o reforço do acesso dos antigos combatentes aos direitos previstos no respetivo estatuto. Usaram da palavra, para intervenções, os Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Simões de Melo (CH), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), Miguel Rangel (IL), Frederico Francisco (PS), Raul Melo (CH), Alfredo Maia (PCP), Helga Correia (PSD), Patrícia Gonçalves (L) e Inês de Sousa Real (PAN).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 528/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Regula a contenção e treino de animais de companhia, vedando a comercialização e utilização de «coleiras de choque» e de «coleiras estranguladoras», procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, 581/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento permanente em varandas e espaços afins, e prevê a implementação do plano nacional de desacorrentamento, e 612/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Estabelece o regime jurídico de proteção do bem-estar dos animais de companhia em matéria de alojamento, contenção e treino, proibindo o acorrentamento permanente e a manutenção em condições inadequadas, vedando a comercialização e

utilização de dispositivos lesivos do bem-estar animal, criando o plano nacional pelo bem-estar dos animais de Companhia, e procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 764/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães, 914/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que regulamente a utilização de equipamentos de treino canino com potencial impacto no bem-estar animal, assegure a adequada qualificação dos utilizadores e estabeleça a obrigatoriedade de prescrição e supervisão médico-veterinária na sua utilização e 928/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Firmino Ferreira (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Ana Martins (CH), Ricardo Oliveira (PSD), Paulo Muacho (L), Sonia dos Reis (PSD), Filipe Sousa (JPP), Júlia Rodrigues (PS), Lina Pinheiro (CH), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Mário Amorim Lopes (IL).

Apreciou-se a Petição n.º 125/XVI/1.<sup>a</sup> (Joana Castro e Costa) — Prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 453/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela prevenção do desaparecimento de pessoas com demência, 912/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência ou especial vulnerabilidade cognitiva, 915/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável, 919/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta integrada às demências em Portugal, com especial enfoque na segurança, acompanhamento e apoio às famílias, 921/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção ao desaparecimento de pessoas com demência, 929/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a proteção de pessoas com demência nos estabelecimentos de saúde, 931/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Pela prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, 934/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de atuação para doentes em risco de fuga em todo o SNS e 938/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de prevenção para utentes com patologias do foro cognitivo e/ou psiquiátrico no Serviço Nacional de Saúde, garantindo simultaneamente o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento consagrado na Lei n.º 15/2014. Intervieram os Deputados Cláudia Estêvão (CH), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Joana Seabra (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Muacho (L), Susana Correia (PS), Joana Cordeiro (IL), Fabian Figueiredo (BE) e Paulo Nuncio (CDS-PP).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a Sessão eram 18 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as portas, para o público poder aceder às galerias.

*Eram 14 horas e 59 minutos.*

*Pausa.*

Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa, para anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para informar à Câmara que já se encontram disponíveis, no portal da Assembleia da República, as iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

*Pausa.*

Pedia às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados que estiverem em pé o favor de se sentarem, para podermos dar início ao ponto 1 da nossa reunião de hoje, com a discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.º 750/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente as margens de lucro nos fertilizantes agrícolas, e n.º 833/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente, do Projeto de Lei n.º 608/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Promove a produção agrícola nacional com vista a atingir a soberania e segurança alimentar de forma sustentável, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.ºs 920/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação do aumento dos custos dos fatores de produção na agricultura, 925/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda medidas de combate ao aumento do preço dos fertilizantes agrícolas, 935/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente a margem fiscal do Estado nos fertilizantes agrícolas, energia, combustíveis e bens alimentares essenciais, 936/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente, e 940/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a limitação excecional das margens de lucro na comercialização de fertilizantes agrícolas, com reforço do apoio à produção agrícola nacional, a aplicação do IVA zero aos bens essenciais do cabaz alimentar e a redução temporária do IVA dos combustíveis e a regulação do seu preço de venda ao público.

Já estão presentes todos os grupos parlamentares. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, para a apresentação dos Projetos de Resolução n.ºs 750 e 833/XVII/1.<sup>a</sup> (L).

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permitam-me começar com uma saudação aos representantes dos sapadores florestais aqui presentes hoje, neste que é o Dia Nacional do Sapador Florestal, uma profissão tantas vezes esquecida, mas tão fundamental num País como o nosso. Bem-vindos a esta Casa, que também é a vossa casa.

*Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do JPP.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabemos bem as consequências desta desordem global a que temos assistido nos últimos meses.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sabemos bem as consequências que o ataque ao Irão, por parte de Donald Trump, teve e tem na vida de todos nós. Sabemo-lo quando, ao final da semana, olhamos para a nossa carteira e fazemos contas. O cabaz alimentar de bens essenciais está em preços máximos e isto é apenas a ponta de um icebergue, que não

sabemos quão profundo é, porque, simplesmente, não sabemos quando a ordem e o direito internacional voltarão a ser respeitados.

Isto tem, também, uma consequência muitas vezes esquecida, mas com consequências traumáticas e trágicas para cada um de nós, nomeadamente, no que diz respeito aos fertilizantes.

Numa, se calhar infeliz, coincidência, este dia de hoje, em que agendámos este debate, acontece dois dias depois de a Comissão Europeia ter também apresentado um projeto para fazer face ao aumento do custo dos fertilizantes no nosso continente. Isto tem uma boa razão de ser: é que se, em 2024, o preço dos fertilizantes na Europa já tinha aumentado 60 %, quando comparado com 2020, hoje, esse preço aumentou 70 %, quando comparado com 2024.

Os nossos agricultores estão na linha da frente daqueles que mais sofrem com estes aumentos. São custos em cima de custos e benefícios que teimam em não aparecer.

É por isso que o Livre agendou este debate, essencial, e que a ele traz duas propostas com coisas de muito bom senso. Uma prende-se com o imediato, para que haja imediatamente uma linha de apoio criada para estes agricultores — sim, sabemos que o Governo já está a trabalhar nisso, mas a uma escala muito longe de estar sequer, remotamente próxima daquilo de que os agricultores precisam —, que faça uma coisa essencial, que é, no imediato e com carácter transitório, criar um regime de fixação de margem de lucro máxima, para que não se beneficie com esta crise e para que não haja meia dúzia de especuladores que, fruto desta crise, beneficiem à custa de milhares de agricultores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O Estado!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Esta é a medida no imediato.

Porém, precisamos de pensar também a médio e longo prazo. Isso exige aquilo que os ecologistas e que partidos como o Livre defendem há décadas: práticas ecologistas e de agricultura mais sustentável, uma transição para práticas agrícolas regenerativas e a utilização de fertilizantes que possam ser criados em Portugal e na Europa — relembramos, cerca de um terço dos fertilizantes de todo o mundo passam pelo Estreito de Ormuz.

É isso que nós aqui queremos. Coincidentemente, é também isso que, na proposta da Comissão Europeia apresentada há dois dias, é pedido.

É esse o nosso segundo projeto de resolução: que Portugal aposte em práticas de agricultura regenerativa, que Portugal aposte na produção de fertilizantes locais e não de base sintética.

A isto ainda acrescentamos um terceiro projeto: que olhemos para as boas práticas que já existem em Portugal, nomeadamente no Norte, para que possamos utilizar resíduos urbanos biodegradáveis, biorresíduos, para a produção também de fertilizantes, porque com isso estaremos todos a beneficiar.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, caros concidadãos, este é um debate crítico, urgente, mas que exige mais do que medidas urgentes. Exige também que pensem na agricultura e no nosso modelo de desenvolvimento, a médio e longo prazo.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o Rui Tavares nem bate palmas! Ah, não chegou ainda.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Aleixo, do Chega.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: dois terços do território nacional são áreas agrícolas e florestais. Mais de 324 000 portugueses trabalham no sector agrícola. Portugal é um País antigo, rural na sua formação profunda, moldado pela terra, pelo campo e por uma tradição agrária que atravessa séculos. A agricultura é uma parte essencial da nossa identidade e da nossa soberania.

Somos também o País com a agricultura mais envelhecida da Europa, onde a média dos agricultores portugueses tem 64 anos, mais 7 anos que a média europeia, e onde menos de 4 % tem menos de 40 anos. Não há renovação geracional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Portugal tem hoje 17,9 % de autoaproveitamento de cereais, menos de um quinto do que necessitamos. O défice da balança agroalimentar agravou-se em mais de 1000 milhões de euros, em apenas um ano.

Temos um sector afogado em burocracia, que trata quem produz como suspeito e quem quer investir como um obstáculo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Num mundo em que a guerra da Ucrânia bloqueou os celeiros da Europa, em que o conflito do Médio Oriente ameaça o fluxo de fertilizantes no Estreito de Ormuz, em que os preços agrícolas globais podem subir 8,5 % só este ano, Portugal é um dos países mais expostos da União Europeia.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Este é o resultado de décadas de negligência política dos diversos Governos deste País.

A Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário existe desde 1995. Em 30 anos, foi tocada uma única vez, em 2015, e de forma nada estrutural.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Enquanto o mundo mudou, enquanto as guerras redesenharam cadeias de abastecimento globais, enquanto a dependência alimentar se tornou uma vulnerabilidade estratégica, a Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário ficou parada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Passaram 30 anos, sem que nenhum Governo sentisse a urgência suficiente para inscrever na lei o que é óbvio: que alimentar o País é uma questão de soberania nacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Quem ainda tem coragem de investir encontra licenciamentos que duram anos, avaliações de impacto ambiental que tratam plantar um sobreiro como construir uma barragem e exigências contabilísticas pensadas nas grandes explorações agrícolas, aplicadas a pequenos agricultores. Como resultado, o investimento paralisa, o agricultor desiste e a terra fica por trabalhar.

O projeto de lei que trazemos hoje a debate consagra, na lei, a soberania alimentar como objetivo estratégico,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — ... simplifica o regime de avaliação do impacto ambiental, para desbloquear investimento, e dispensa dessa avaliação a plantação de espécies autóctones, como o sobreiro, o castanheiro e a cerejeira.

O Sr. Primeiro-Ministro, em campanha, afirmou que a agricultura é fundamental para a coesão do País. Nós concordamos. Porém, palavras de campanha não são governação.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Aliás, Churchill dizia, no Parlamento britânico, em 1936, que a era da procrastinação, das meias-medidas e dos expedientes que adormecem estava a chegar ao fim e que, em seu lugar, se entrava num período de consequências. Para a agricultura, esse período já chegou. Um país que não consegue alimentar-se a si próprio não é soberano.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Pedia a atenção das Sr.<sup>as</sup> Deputadas e dos Srs. Deputados para o barulho que está na Sala, para poderem evitá-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A guerra de agressão dos Estados Unidos e de Israel ao Irão...

*Protestos de Deputados do CH.*

... e o aproveitamento que os grandes interesses económicos e financeiros fazem das guerras geraram um galopante aumento dos preços dos fatores de produção, o que penaliza ainda mais os agricultores, que perdem cada vez mais rendimentos.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura estimou que, a manter-se a situação, os preços dos fertilizantes serão entre 15 % e 20 % mais altos, no primeiro semestre deste ano.

Contudo, por cá, o cenário é mais gravoso. Um saco de 25 kg de fertilizante, que custava 13 € no início do ano, está a ser vendido, agora, a pelo menos 18 €, ou seja, mais 38 %. Já o gasóleo agrícola custava 1,15 €, em fevereiro, tendo subido para 1,58 € ou 1,48 €, descontados os 10 cêntimos do curto apoio do Governo ao sector agrícola.

Avisa a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) que os agricultores enfrentam — vou citar — «um choque duplo de custos»: fertilizantes mais caros e combustíveis mais caros, com efeitos diretos em toda a cadeia, incluindo rega e transporte.

É claro que milhares de pequenos agricultores, cujo rendimento cai cada vez mais e que veem somar-se os elevados prejuízos das intempéries, enfrentam cada vez mais dificuldades e muitos estão já entre a faca do endividamento e a parede do abandono da sua atividade.

É evidente que a resposta do Governo PSD-CDS, que limitou os apoios a cerca de 10 cêntimos por litro de combustível, quando os preços aumentaram três ou quatro vezes mais, está longe de corresponder às necessidades dos agricultores. Também não é solução ficar dependente de uma qualquer decisão da União Europeia sobre os apoios ao sector, sobretudo quando outros países estão já a decidir medidas específicas.

É neste quadro que o projeto de resolução do PCP em debate propõe que o Governo promova duas medidas essenciais de apoio à aquisição de fatores de produção, destinadas a proteger e até a relançar as explorações, que, de outro modo, estão condenadas ao encerramento, com um pesadíssimo custo económico e social.

Por um lado, é apontado um apoio financeiro extraordinário às explorações agrícolas, que lhes permita fazer face ao agravamento dos preços dos combustíveis, com efeitos ao momento em que os seus preços registaram aumentos superiores a 10 % face ao período de referência, no início de março de 2026.

Por outro lado, visa-se a aquisição pública de fatores de produção mais críticos para o sector agrícola, sob a forma de armazenagem pública, designadamente adubos e fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos, rações e componentes para rações, a fornecer, a preço controlado, aos pequenos e médios agricultores e produtores pecuários. Esses fatores de produção serão garantidos aos agricultores a preços justos, insisto, contribuindo para reduzir os seus custos e para contrariar a degradação dos rendimentos.

Evidentemente, Srs. Deputados, estas medidas têm de ser complementadas com políticas de fixação de limites de preços à distribuição e o pagamento de preços justos à produção, como o PCP, insistentemente, vem propondo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa do PAN, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP está em greve!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — E é bom!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o PAN está em vias de extinção!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Qual era o fertilizante que usavam nas estufas do processo «Tutti Frutti»?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Deputado, tem alguma dúvida?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Qual era o fertilizante que usavam nas estufas do processo «Tutti Frutti»?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai usar da palavra. Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Estava na dúvida sobre se o Sr. Deputado queria falar da operação «Tutti Frutti», mas não estamos no café a falar sobre os agricultores...

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o bloqueio do Estreito de Ormuz, para além de ter levado ao aumento transversal do custo de vida, tem demonstrado que é cada vez mais importante repensar a nossa forma de produção agrícola e a venda destes produtos.

À semelhança do que se verifica no sector dos combustíveis, o aumento do preço dos fertilizantes, consequência deste bloqueio, levará ao aumento das margens de lucro na comercialização destes produtos, algo que vai fazer, claramente, com que os agricultores gastem mais na compra dos mesmos, e consequentemente o aumento do preço dos produtos a médio e longo prazos.

De forma a travarmos esta realidade, o PAN propõe uma solução multifacetada. A curto prazo, é crucial limitar as margens de lucro aplicáveis aos fertilizantes do sector agrícola, trazendo previsibilidade e estabilidade a esta atividade.

Para além disso, propomos também que haja uma majoração da utilização de produtos biológicos no sector agrícola, incentivando os produtores a fazerem a transição para estas alternativas mais amigas do ambiente.

Por fim, propomos também incentivar a compra de produtos locais, promovendo a promoção de cadeias curtas, uma medida essencial para garantir que as populações têm acesso a produtos de qualidade sazonais e que os agricultores tenham também compradores nas suas cidades, vilas, aldeias, reduzindo os custos de exportação e levando à diminuição da pegada ecológica.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, salvaguardar a agricultura, a autonomia e a soberania alimentar do nosso País não se faz fazendo marcha-atrás nas políticas ambientais; faz-se, sim, percebendo que a agricultura depende do clima, mas também de políticas públicas que, de alguma forma, controlem o aumento dos custos e, acima de tudo, promovam as cadeias curtas de produção.

A situação internacional que vivemos demonstra-nos que nada é garantido e que devemos sempre procurar métodos de produção mais sustentáveis e resilientes.

Nunca foi tão importante assegurar que Portugal tem as ferramentas necessárias para sobreviver a contextos adversos, algo que a proposta do PAN propõe fazer.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Relativamente ao projeto de resolução do Livre, sem surpresa alguma, temos, novamente, a tentativa de controlo das margens de lucro.

Num Estado de direito, existe a figura da presunção de inocência...

*Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.*

... e, no estado mental socialista, existe a figura da presunção de culpa ideológica: se aumentam aos preços, é porque anda alguém a meter ao bolso, é o grande capital que anda a acumular as margens. Os Srs. Deputados afirmam isto sem qualquer dado,...

*Protestos do L e do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É o lucro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... sem qualquer evidência. Não há nada que possam usar para suportar a ideia de que são os distribuidores de fertilizantes, ou até os próprios produtores, que estão a açambarcar as margens.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É o lucro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não têm evidência nenhuma disso. Zero de evidência! Não há! Não têm evidência disso!

*Protestos do L e da Deputada do PCP Paula Santos.*

Portanto, o que os senhores fazem, perante um choque, que é um choque de oferta, de um aumento de preço,...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — São os lucros!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... é dizer: «Oi, está ali o culpado, é o grande capital, que anda a açambarcar as margens».

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Consequências práticas das propostas do Livre: em primeiro lugar, receita para a escassez.

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

O que iria acontecer, num País muito dependente ainda de importações de bens alimentares, era que as empresas que exportam para Portugal deixariam de o fazer.

Mais grave ainda é que isto iria afetar sobretudo as empresas portuguesas, porque as empresas estrangeiras têm uma enorme facilidade em dar a volta à proposta de controlo de margens do Livre.

Portanto, na verdade, isto iria afetar os pequenos distribuidores, os pequenos produtores portugueses, não era os grandes conglomerados estrangeiros, seriam as nossas empresas a ser afetadas, antes de mais.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ai não!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, seria uma medida que, para além de não fazer qualquer sentido, iria afetar sobretudo as pequenas empresas.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não sabe o que está a dizer!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Em conclusão, esta é a receita do Livre: com uma mão asfixiam o mercado, agravam o problema e, depois, aparecem com a outra, quais paladinos, a oferecer a solução, que são os apoios e os subsídios. Por um lado, agravam o problema, por outro tentam resolvê-lo. Ou seja, é a eterna receita socialista: cavam um buraco para tapar o outro, mas temos o buraco na mesma. Está lá.

*Protestos do L.*

O segundo projeto de resolução do Livre é sobre uma transição agrícola forçada.  
Srs. Deputados, se isto for bom, os primeiros a terem interesse em fazê-lo são os agricultores.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Claro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não precisam de que os Srs. Deputados do Livre venham cá dizer aos agricultores que o caminho é este. Eles sabem qual é o melhor caminho! Os agricultores sabem muito bem qual é o melhor caminho!

E, portanto, esta é mais uma proposta vinda do laboratório de ideias do Livre, sediado em Marte,...

*Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

... e que aterra aqui, na Assembleia da República, sem que nunca tenham conversado com os agricultores. E, portanto, a nossa sugestão, o nosso conselho é:...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Vai pôr a mão na terra!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... Srs. Deputados, desçam à Terra, mas quando deixarem à Terra não fiquem em Lisboa, saiam de Lisboa, vão ao campo, falem com os agricultores...

*Protestos do L.*

... e percebam que uma proposta destas vem num momento em que os agricultores estão num enorme sufoco. Vem o Livre dizer-lhes como é que eles devem lavar a terra, o que é absolutamente incompreensível.

*Protestos do L e do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, eu não queria, mas está um barulho na Sala que torna impossível ouvir o orador. É sempre desconfortável interromper o orador, mas estava a tornar-se inaudível.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É excesso de fertilizante, Sr. Presidente.

*Risos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Queria continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Srs. Deputados, vamos falar de propostas que, verdadeiramente, aliviam e ajudam a resolver os problemas dos produtores.

Antes de falarmos de margens sobre os fertilizantes, vamos falar sobre o peso do Estado, que verdadeiramente asfixia os agricultores.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ah...!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Esse, sim, tem um impacto direto nos fatores de produção. Os custos que o Estado lhes coloca — custos diretamente fiscais, parafiscais, taxas e taxinhas, tudo e mais alguma coisa —, isso, sim, impacta nos produtores.

*Protestos do L.*

Então, vamos falar do gasóleo agrícola; vamos falar da taxa de carbono; vamos falar do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos); vamos falar dos custos de licenciamento e consultoria, que são necessários para submeter ao Balcão Único; vamos, verdadeiramente, tirar o peso do Estado de cima dos agricultores e deixar os agricultores e os tratores dos agricultores lavrar as terras, pois eles sabem melhor que nós, do que qualquer pessoa que está aqui sentada, como o fazer.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Desse lado, não duvido!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E aí, sim, podemos começar a ajudar os agricultores, que são trabalhadores também.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — No fim de semana, se vieres à minha casa, mostro-te como se faz!

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Discutir a situação atual da agricultura em Portugal e as dificuldades que os agricultores têm é, sem dúvida, pertinente. A questão é se o devemos fazer com as soluções que aqui nos foram apresentadas pelo Livre.

É importante discutirmos esta situação, porque os agricultores, em Portugal, estão, neste momento, a lidar com uma situação grave, originada pelo conflito no Médio Oriente, quando já estavam a lidar com as consequências, em grande parte do território nacional, da tempestade ou do comboio de tempestades, como se lhe chamou, começando pela *Kristin* neste ano, mas também do *Martinho*, no ano passado, e de uma realidade em que o valor acrescentado bruto da agricultura não tem uma evolução positiva, significativa, desde há mais de 10 anos, ou seja, desde 2015.

Portanto, nós temos uma situação estrutural, temos vários fenómenos meteorológicos que originaram dificuldades conjunturais e temos agora uma outra dificuldade conjuntural, não estritamente nacional, mas à escala global.

Assim, o que deve acontecer é: quem tem a responsabilidade de condução da política pública de agricultura, que é o Governo, apresentar medidas para mitigar esta situação.

Foi o que aconteceu, logo a 27 de março, no primeiro pacote de medidas que o Governo apresentou, com um valor de 150 milhões de euros, para responder ao impacto do aumento dos combustíveis, e, depois, mais recentemente, no Conselho de Ministros dedicado essencialmente à área da agricultura, realizado na Ovibeja, com um reforço em mais 20 milhões de euros, não só para os custos com os combustíveis, mas também com os fertilizantes.

Há uma discussão, que não é aquela que é mais importante neste momento, sobre se a questão dos fertilizantes é impactada direta ou indiretamente através do custo dos combustíveis, mas não é isso que é o mais importante.

É evidente que há um aumento do custo dos fertilizantes, há um aumento do custo dos combustíveis, há um aumento do custo da energia em geral e, fruto destes, há também um aumento de todos os outros fatores de produção, muitos deles derivados da questão dos combustíveis.

Porque é que não nos parece que faça sentido intervir no preço?

Em primeiro lugar, porque não há evidência de que este preço tenha outros fatores que o estejam a influenciar, que não sejam estes conjunturais e que, obviamente, a cadeia não pode evitar. Obviamente, se há

um aumento do preço na origem, o produto não pode, depois, chegar ao consumidor final, ao agricultor, a um preço que não reflita isso. Portanto, se nós fôssemos esmagar este preço agora e retirar valor a este preço, o que ia acontecer era uma coisa muito simples: era a escassez; deixava de haver fertilizantes em Portugal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A única consequência da proposta apresentada pelo Livre é a escassez, e é exatamente nos termos referidos pelo Sr. Deputado Mário Amorim Lopes. Quem tem escala global consegue resistir a uma medida destas tomada exclusivamente em Portugal, mas quem está exclusivamente em Portugal não consegue, até porque o nosso mercado, infelizmente, é um mercado relativamente pequeno. Para um fornecedor à escala internacional, é simples: deixa de fornecer para cá, porque o preço não compensa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É óbvio!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, o que ia acontecer é que os pequenos agricultores, os pequenos distribuidores iam ficar sem produto ou para poder utilizar ou para poder vender. Nós íamos gerar aqui um problema ainda maior na produção e um problema grave também no comércio. Portanto, não é essa a solução.

Do nosso ponto de vista, a solução — e é isso que está na recomendação feita pelo CDS, no seu projeto de resolução — é o Governo continuar a fazer este acompanhamento. Já em dois momentos apresentou propostas. Nós não ignoramos que várias organizações de agricultores, nomeadamente a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), disseram que estas medidas eram insuficientes. Temos em boa nota essa avaliação que foi feita, mas, por outro lado, teremos de simplificar procedimentos.

Se nós ainda estamos, neste momento, a resolver situações que vêm desde o *Martinho* e desde o comboio de tempestades deste ano, uma boa forma de ajudarmos os agricultores era irmos fechando dossiês e resolvendo problemas, para nos concentrarmos naqueles que, neste momento, os afetam mais severamente.

*Aplausos de Deputados do PSD e da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa do BE, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, em fevereiro, começou uma guerra entre os Estados Unidos, Israel e o Irão — guerra que o Governo facilita — e, em Portugal, em maio, já sabemos quem é que a paga. O gasóleo subiu 60 cêntimos por litro e o cabaz alimentar custa mais 71 € do que em 2022. E quem é que conta lucros recorde? A Galp, a banca e a grande distribuição.

Porém, não foi só a guerra que os enriqueceu. Há uma injusta política fiscal do Governo que lhes garante rendas milionárias. O IVA (imposto sobre o valor acrescentado) está altíssimo nos combustíveis e nos alimentos, mas os impostos para as empresas milionárias, que ganham com a crise, não param de baixar.

Voltamos a propor medidas sensatas para responder à crise: regulação do preço dos combustíveis; IVA zero no cabaz essencial; e uma contribuição extraordinária sobre os lucros excessivos para financiar medidas de resposta à crise.

Quem ganha com a crise deve pagar a crise!

Muitas destas medidas já estão em vigor na Polónia e em Espanha, mas, curiosamente, também nos Açores e na Madeira. Alguém percebe que o PSD defenda a regulação dos combustíveis no Funchal ou em Ponta Delgada e se oponha a que a medida se aplique a todo o País?

Qual é o objetivo, Srs. Deputados? É encher até cima os cofres do Ministério das Finanças, até transbordar de dinheiro dos impostos dos portugueses pela janela ou pela porta? Em cada ida ao supermercado, em cada depósito de gasolina, os cofres do Governo ganham e os portugueses perdem. E tem mesmo de deixar de ser assim, a partir desta sexta-feira.

O Sr. **Presidente**: — Está terminada a fase de apresentação das iniciativas, vamos passar à fase das intervenções. Antes disso, quero anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos: cidadãos do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira; alunos e professores do Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo, de Vieira do Minho; alunos e professores da Escola Técnica Profissional da Moita; alunos e professores da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, de Felgueiras; alunos e professores do Instituto para o Desenvolvimento Social de Carnide, de Lisboa; alunos e professores da Universidade Lusófona, de Lisboa; um grupo de cidadãos de Aveiro; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Fafe; cidadãos de Santa Maria da Feira; cidadãos do Sindicato Independente dos Trabalhadores das Florestas, Ambiente e Proteção Civil — SINFAP; e um grupo de autarcas do Oeste.

*Aplausos gerais.*

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, hoje estamos perante uma discussão importante: como garantir uma agricultura mais sustentável, mais resiliente e menos dependente do exterior.

Essa é uma preocupação perfeitamente legítima. Mas também é preciso falar com os pés bem assentes na terra e perceber a realidade concreta dos nossos agricultores, sobretudo os pequenos e médios produtores que vivem diariamente esmagados pelos custos de produção, pela burocracia e pela falta de apoio efetivo do Estado.

Defendo uma transição equilibrada, gradual e justa. É preciso garantir condições reais para quem produz. Não podemos continuar a assistir, impávidos, ao esmagamento dos agricultores enquanto alguns setores acumulam lucros à custa da crise de todos aqueles que trabalham a terra.

A sustentabilidade não pode transformar-se em mais um peso sobre quem trabalha a terra. Antes, tem de ser uma oportunidade para aumentar o rendimento, a autonomia alimentar e a valorização da produção nacional. Essa é a nossa missão, e é isso que os agricultores de Portugal esperam de todos nós.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Fernando Queiroga, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje discutimos um conjunto de propostas apresentadas pelo Livre e pelo Chega, nomeadamente, que, à primeira vista, parecem inovadoras, estruturantes e transformadoras. Mas a verdade, e é importante dizê-lo com clareza, é que as mesmas já estão em curso, isto é, já estão previstas, financiadas e operacionalizadas no PEPAC 2023 – 2027 (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum).

Não estamos, pois, perante um vazio legislativo, não estamos perante uma falha de planeamento, estamos, sim, perante propostas que duplicam instrumentos já existentes, que replicam medidas já financiadas e que não acrescentam valor ao quadro atual.

As medidas propostas alinham-se plenamente com o PEPAC, reforçando a transição para uma agricultura mais sustentável, resiliente e competitiva. Todas as ações sugeridas encontram apoio direto nas intervenções já existentes — como ecorregimes, medidas agroambientais, investimentos e capacitação técnica —, permitindo a sua implementação imediata sem necessidade de criar instrumentos legislativos.

Mas vamos aos factos.

Primeiro, a agricultura regenerativa já está prevista e financiada. A transição para os sistemas produtivos mais resilientes e menos dependentes de fatores de produção importados está já prevista e financiada no PEPAC.

Segundo, quanto à formação e atualização técnica dos organismos do Estado, o reforço da capacidade técnica da Administração Pública está previsto no sistema AKIS, Sistema de Conhecimento e Inovação da Agricultura Nacional.

Terceiro, a capacitação dos agricultores já é uma prioridade do PEPAC, que dedica um eixo inteiro à formação e capacitação, com ações de formação, aconselhamento técnico, demonstração de boas práticas e disseminação de conhecimento adaptado às realidades regionais. A proposta de capacitar agricultores não só já existe, como é um dos pilares centrais do PEPAC.

Quarto, em relação aos incentivos para a substituição de químicos, já existem e estão operacionais. É o caso, nomeadamente, das cercas elétricas e vedações virtuais, fertilizantes orgânicos e bioestimulantes, equipamentos de compostagem, alfaias de mobilização mínima e soluções para reduzir fertilizantes importados. Claro que, como já foi dito, os nossos agricultores sabem como podem poupar. Estes incentivos estão todos enquadrados nas medidas de investimento ecorregimes do PEPAC. Portanto, não estamos a falar de ideias novas, estamos a falar de medidas já elegíveis, já financiadas e já acessíveis aos agricultores.

O que este debate demonstra é simples: as propostas apresentadas não trazem novidade, não acrescentam instrumentos que não existam já e replicam medidas do PEPAC que já contemplam financiamento.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Claro!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Em conclusão, o Governo não está parado, está a liderar esta transição com ambição, com investimento e com responsabilidade.

O nosso foco é o outro: garantir que os agricultores acedam aos apoios, que os serviços públicos funcionem, que a transição agroecológica avance e que o País se torne mais resiliente e mais autónomo. É isso que o PEPAC permite, é isso que o Governo da AD (Aliança Democrática) está a concretizar e, acima de tudo, é isso que preocupa as pessoas e importa ao País.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado José Dotti, do Chega, a quem dou a palavra.

O Sr. **José Dotti** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de tudo, gostaria de dirigir uma saudação especial pelo Dia Nacional do Sapador Florestal aos sapadores florestais que estão nas nossas galerias.

*Aplausos do CH e da IL.*

Sr. Deputado Fernando Queiroga, na agricultura, o Governo da AD tem sido campeão nas promessas. Na concretização estão praticamente no zero.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dotti** (CH): — Os agricultores sabem disso e demonstram o seu descontentamento, diariamente, junto de quem os representa. Estão fartos de promessas, pois sentem que a realidade diária no campo é bem diferente.

Temos de aumentar a produtividade e isso só é possível se formos mais competitivos. Neste momento, os dois fatores de produção mais importantes na cadeia de produção — gasóleo e fertilizantes — sofreram aumentos insustentáveis para os agricultores. Sem fertilizantes na agricultura, a produção mundial seria de menos 50 %.

O Governo PS, que tanto maltratou os agricultores e a agricultura aquando da invasão da Ucrânia pela Rússia e conseqüente aumento do custo dos fertilizantes, executou uma medida de ajuda aos agricultores de 180 milhões de euros. O Governo da AD prometeu 20 milhões e até agora pagou zero. Espanha ajudou com 500 milhões, com 20 € euros por hectare para o sequeiro e 40 € por hectare para o regadio.

Em Espanha, o gasóleo para os agricultores é mais barato 50 cêntimos por litro do que no nosso País. O Governo, que se recusa a baixar os impostos no gasóleo para todos os portugueses, preferindo ajudas setoriais, tem aqui uma boa oportunidade: ajude os agricultores. Estas pessoas trabalham de sol a sol para nos colocarem comida no prato todos os dias.

Para podermos aspirar a assegurar a nossa soberania alimentar, é urgente e prioritário canalizar as ajudas para a agricultura.

Como é que o PSD explica aos agricultores ter votado contra um projeto de resolução do Chega que adotava medidas para prevenir os furtos nas explorações agrícolas, um flagelo que tanto prejudica aos agricultores?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **José Dotti** (CH): — A pergunta que lhe deixo é a seguinte: está o PSD realmente interessado em concretizar as muitas promessas que fizeram aos agricultores ou vão continuar a prometer e a não cumprir?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Queiroga.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sr. Presidente Sr. Deputado José Dotti, é pena,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É pena não cumprirem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — ... porque o Governo do PSD não está nos gabinetes, está próximo dos agricultores. E eu sou prova disso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

*Risos de Deputados do CH.*

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sou de um concelho do interior, sou de um concelho rural e sei como é que se faz a agricultura.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Por isso sei da proximidade que este Governo da AD tem com os agricultores e sei que os está a apoiar muito, garantidamente.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Recomendo que leia melhor as medidas do Governo. Vai ver que o que o Sr. Deputado disse está desatualizado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Carmo, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Subo hoje a esta tribuna para discutir o presente e o futuro de um setor que é a espinha dorsal do mundo rural: a agricultura.

Olhamos para a agenda de hoje e vemos oito iniciativas de seis partidos diferentes. Este número impressionante de propostas não é um exercício parlamentar, é o reflexo da urgência real que os nossos agricultores vivem, esmagados por uma tempestade perfeita de custos de produção, instabilidade geopolítica no Médio Oriente e também na Ucrânia e o impacto severo das alterações climáticas.

Embora o PS mantenha o seu rigor técnico de análise e o respeito pelo mercado único europeu, é justo reconhecer o que de mais positivo trazem estas propostas ao debate. Das bancadas do Livre, do Bloco de Esquerda e do PCP, recolhemos a legítima intenção de proteger as margens de quem produz.

Compreendemos o alerta sobre a necessidade de mitigar o aumento dos custos dos fatores de produção para evitar a asfixia das explorações.

É a preocupação social que nos leva a concordar que não podemos permitir que o esforço do Estado não fique nos agricultores nem chegue às famílias e se perca no caminho. Por isso, em vez de fixações administrativas de preços que podem causar dificuldades de abastecimento, propomos, sim, uma fiscalização implacável pela ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) e pela Autoridade da Concorrência sobre as margens ao longo de toda a cadeia. É justo e necessário pôr a PAC a funcionar.

Da proposta do CDS-PP, retiramos o sentido de urgência no reforço dos apoios diretos para minimizar os impactos do conflito no Médio Oriente. Os agricultores não vivem de promessas ou de políticas de cartão-postal, precisam, sim, de liquidez imediata.

#### *Protestos de Deputados do PSD.*

Olhando para o que propõem o PAN e o Livre, abraçamos a visão de que a verdadeira resiliência passa pela transição ecológica. É positivo, é necessário, incentivar o uso de biofertilizantes e a economia circular para reduzir a nossa dependência externa de químicos, promovendo uma agricultura mais sustentável e resiliente.

Mesmo nas propostas do Chega e da Iniciativa Liberal, encontramos pontos de reflexão: a importância da soberania alimentar que o PS defende e que deve ser conquistada através da inovação, do regadio e do cooperativismo; e a preocupação com o peso fiscal sobre os fatores de produção, embora defendamos que o Estado deve manter a sua capacidade de intervir e apoiar o setor nos momentos de crise.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o diagnóstico está feito, mas o que nos preocupa é o silêncio ensurdecedor e a passividade deste Governo. Enquanto assistimos a este festival de propostas miragem, o Ministério da Agricultura está em *off*, parece operar apenas em modo reativo. E não somos só nós a afirmá-lo, todas as confederações o afirmam, todas as confederações o dizem.

Digo mais, não precisavam de inventar nada, bastava copiarem as medidas que o Governo do PS implementou em 2023,...

#### *Risos de Deputados do PSD.*

... aquando da crise da invasão da Ucrânia.

#### *Aplausos do PS.*

Assim, o Partido Socialista exige que o Governo passe das intenções à concretização em três frentes imediatas: primeiro, uma maximização dos adiantamentos da PAC; segundo, uma mobilização dos fundos nacionais extraordinários a acionar verbas do Orçamento do Estado nos saldos disponíveis no IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP); três, uma ofensiva diplomática em Bruxelas para uma resposta europeia célere, uma resposta que não divida os Estados.

Os nossos vizinhos espanhóis sabem bem do que falam e sabem bem das conquistas que têm tido. Há que apelar à mobilização da reserva agrícola da união europeia para responder a todos estes impactos geopolíticos dos mercados. Os nossos vizinhos espanhóis tiveram muito mais do que nós, tiveram o apoio de 500 milhões de euros, enquanto o Ministério da Agricultura falou em 20 milhões que ainda não chegaram aos agricultores.

Mais do que medidas avulsas, defendemos um pacto de Estado pela agricultura, um pacto de partidos, confederações e academia, atraindo jovens qualificados para persistir e eliminar a burocracia.

Garantindo estabilidade na produção agrícola de hoje, evitamos a crise alimentar amanhã.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, votaremos sempre com o critério que nos guiou — não o que soa bem no papel, mas o que funciona no terreno. Rejeitamos o populismo e o ilusionismo legislativo, mas exigimos que o Governo saia da inércia, deixe a concertina, que os agricultores portugueses merecem esse respeito de investimento, uma visão de longo prazo que lhes garanta um futuro digno.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Dias, do PSD.

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o projeto de resolução apresentado pelo Livre parte de uma preocupação legítima: o impacto que a atual instabilidade internacional, agravada pelo conflito no Médio Oriente e pelo aumento dos custos energéticos, está a provocar na agricultura portuguesa, particularmente ao nível dos fertilizantes e dos fatores de produção.

Esta é uma realidade que preocupa o Governo, desde logo porque tem impacto não apenas na agricultura, mas também no preço final dos alimentos, afetando famílias, empresas e a competitividade da economia nacional.

Os fertilizantes são hoje um dos fatores mais sensíveis da atividade agrícola. Portugal é fortemente dependente da sua importação e a volatilidade dos mercados internacionais deixa o mercado nacional particularmente exposto, refletindo-se inevitavelmente no preço pago pelos agricultores.

Perante esta realidade, o Governo atuou com rapidez e de forma dimensionada, com a aprovação, no Conselho de Ministros de 30 de abril, de medidas excecionais de apoio aos agricultores, designadamente com o apoio ao gásóleo agrícola e aos fertilizantes e com instrumentos destinados a mitigar o impacto do aumento dos custos de produção.

Ao mesmo tempo, foram também reforçados mecanismos de apoio à tesouraria das explorações agrícolas e instrumentos de financiamento dirigidos aos setores mais vulneráveis.

Contudo, importa também afirmar com responsabilidade que a limitação administrativa das margens de lucro não resolve as causas estruturais deste problema. É por isso que o Governo entende que a resposta deve privilegiar medidas direcionadas, focadas nos agricultores mais afetados, e articuladas com soluções de âmbito europeu, que inclusivamente já aconteceram.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — O Governo acompanha atentamente — diria muito atentamente — a evolução dos mercados e reconhece a necessidade de proteger os agricultores perante uma conjuntura difícil.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Num mundo cada vez mais incerto, há uma certeza que permanece: são sempre os nossos agricultores que continuam a garantir comida no prato, vida no território e futuro para o País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, não terá tempo para esclarecer, mas...

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem 22 segundos para fazer um pedido de esclarecimento fertilizante.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hernâni Dias, eu vou fazer a pergunta que o Sr. Deputado José Dotti fez ao Deputado Fernando Queiroga, e em que ele respondeu: «É pena». É verdade, é pena. É pena o PSD não ter cumprido as promessas que fez aos agricultores. É pena, estamos de acordo.

A pergunta é esta: porque é que os senhores votaram contra o nosso projeto que falava em prevenir e punir furtos nas colheitas, combustível, gado e maquinaria agrícola? Porque é que os senhores votaram contra? Sabe porque é que votaram contra? É porque, tal como o seu camarada do PSD em Beja, o Sr. Deputado Gonçalo Henrique, os senhores estão sempre ao lado do PCP, os senhores estão sempre a favor dos criminosos, dos ciganos, que roubam a maquinaria agrícola, particularmente no Alentejo.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, para encerrar o debate.

*Continuação de protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do PSD.*

Sr. Deputado Pedro Pinto...

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado Jorge Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, para o encerramento do debate parece-me que há um ponto que é claríssimo e que foi claro em todas as intervenções: o agendamento deste debate por parte do Livre faz sentido, o assunto é crítico e urgente e mostra bem o papel que o Livre tem e a importância que o Livre tem nesta Câmara. Quando fazemos agendamentos, é realmente sobre assuntos essenciais e que interessam aos portugueses e aos seus bolsos.

E aquilo de que aqui se falou também foi de soberania e autonomia. Estes dois termos são absolutamente essenciais quando falamos de agricultura. Nós sabemos bem que há muitas colheitas, muitos cultivos, muitas espécies em relação às quais Portugal nunca vai ser autónomo. Fruto das nossas condições naturais, provavelmente nunca vamos ser autónomos a 100 % na produção de cereais. Faz parte da nossa natureza. Mas aquilo que sabemos é que também estamos integrados num quadro europeu e que é dentro deste quadro europeu que temos de ser capazes de pensar na ideia de soberania e de autonomia.

E é isso que queremos no que diz respeito aos fertilizantes e à sua produção. Sabemos bem que a produção agrícola a nível mundial — e, evidentemente, também a nível nacional — está dependente, e muito dependente, de fertilizantes sintéticos. E isto é problemático. É problemático pelas coisas que eu disse há pouco, ali, na tribuna. É problemático porque um terço destes fertilizantes passa pelo estreito do Ormuz, com as consequências que nós sabemos. É problemático porque sabemos que não temos a capacidade para produzir com tempo e com qualidade esses fertilizantes no nosso território.

Mas há coisas que podemos fazer. E aquilo que outros partidos aqui disseram — que é preciso que a ASAE investigue potenciais práticas de especulação — está no nosso projeto de resolução.

É essencial que apostemos na transição para uma agricultura mais sustentável e que os agricultores sejam envolvidos e consultados — está no nosso projeto de resolução.

E as coisas que ainda há dois dias estavam na insuspeita de ser propriamente uma grande força ecologista, como é a Comissão Europeia, são tudo coisas que estão nos nossos projetos de resolução. Um apoio financeiro excepcional aos agricultores — está na proposta do Livre. Incentivar práticas mais sustentáveis — está na proposta do Livre.

Como eu também disse, porque também o reconhecemos, algumas destas coisas já começaram a ser feitas pelo Governo. É evidente e mal seria que assim não fosse. Aquilo que nós queremos é que haja uma alteração mais profunda, no próprio PEPAC, de apoio a estes produtores e agricultores, que já querem práticas agrícolas mais sustentáveis, mas que pura e simplesmente não têm os meios financeiros nem o apoio.

É por isso que nós achamos que o Estado tem de ter um papel a dizer e é por isso que acreditamos que as nossas iniciativas merecem ser aprovadas, para darmos um sinal a estes agricultores, a estes produtores que querem práticas mais sustentáveis — que garantem que todos temos comida na mesa diariamente —, demonstrando o apoio desta Câmara e do nosso Estado a esses mesmos agricultores.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Termina, assim, este ponto da ordem do dia.

Pedia aos Srs. Deputados que estivessem em diálogo para o evitar, porque o conjunto dos diálogos faz um ruído cansativo na Sala.

Passamos agora ao ponto 2 da nossa ordem do dia, que consiste na apreciação do Projeto de Lei n.º 122/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Integração na Carreira de Investigação Científica, conjuntamente com os Projetos de Lei n.ºs 606/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Aprova um regime específico para a integração de investigadores na carreira de investigação científica e 614/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Substituição das bolsas por contratos de trabalho através da criação do Regime Jurídico do Investigador em Formação ou Iniciação Científica e dos

Projetos de Resolução n.ºs 905/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Medidas de reforço da estabilidade contratual na investigação científica e de valorização das carreiras de investigação e 924/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela integração dos investigadores bolseiros da carreira de investigação científica.

Darei a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo quando a Sala estiver com o silêncio que permita a audição. Até lá, aguardaremos.

*Pausa.*

Srs. Deputados, nós estamos em sessão de trabalho, não estamos em sessão de convívio.

*Risos.*

Eu vou repetir: estamos em sessão de trabalho e não começaremos o próximo ponto enquanto não estiverem sentados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é o conselho nacional do PSD!

*Aplausos do CH.*

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, para apresentar o projeto de lei.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, saúdo a presença nas galerias das estruturas sindicais e associações de investigadores e bolseiros, representantes, produtores e construtores da ciência e da investigação, dessa investigação e ciência de excelência que se desenvolve em Portugal.

*Aplausos do PCP, do L, do BE e do Deputado do PS Emanuel Câmara.*

Em 2021, o astrofísico Nuno Peixinho, depois de anos de investigação sempre como bolseiro, viu um asteroide ser batizado com o seu nome e, perante esse facto, que julgo que nos orgulha a todos, afirmou que era mais fácil dar um nome a um asteroide do que ter um contrato de trabalho em Portugal.

De facto, não desvalorizando os passos dados para os quais o PCP contribuiu de forma decisiva, a realidade aí está à vista de todos: 3000 investigadores precários, alguns há décadas, uma situação que se estende a mais de 8000 bolseiros de investigação.

A ciência é o motor do progresso. Esta é uma afirmação que consta em muitos discursos e é bem provável que volte a ser repetida aqui durante o debate de hoje. O problema é que esta afirmação, que deveria estar cheia de conteúdo programático, esbarra na incerteza, esbarra na instabilidade, esbarra na precariedade do trabalho, da vida e da produção científica, esbarra na negação de direitos, esbarra na realidade do trabalho científico em Portugal.

Milhares de investigadores vivem anos e anos de bolsa em bolsa, vivem na incerteza da renovação do contrato, mão-de-obra precária que cobre necessidades permanentes de trabalho e garante o funcionamento dos centros de investigação, laboratórios privados e universidades e instituições públicas, também elas estranguladas pelo subfinanciamento.

Milhares a quem são negados subsídio de desemprego, proteção na doença, maternidade e paternidade, férias pagas e estabilidade no trabalho e na vida.

Uma realidade mais uma vez denunciada pelos bolseiros de investigação científica quando em abril se concentraram, mais uma vez, em frente ao Ministério da Ciência, numa ação onde tive o privilégio de marcar presença. Uma realidade que há muito poderia e deveria estar resolvida caso tivessem sido aprovadas as propostas do PCP, desde logo aquando da discussão da revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

Nessa altura, houve quem se tivesse oposto ao fim da precariedade da vida e ao fim da precariedade da ciência. Hoje, não queremos crer que voltem a fazer o mesmo e que travem, mais uma vez, o acesso dos investigadores à carreira, mantendo-os na precariedade, a adiar a decisão de ter filhos, sem conseguir arrendar casa, a viver na incerteza da renovação de contratos, a sacrificar a sua saúde à custa de empresas que se apropriam do seu trabalho.

Trabalho científico precário significa vidas precárias, ciência e investigação precárias e um país adiado. E é para alterar esta situação insustentável que voltámos a apresentar um projeto de lei para que, de uma vez por todas, se garanta a integração na carreira a todos os investigadores com vínculo precário.

O PSD, o CDS, o Chega e a Iniciativa Liberal, com o seu pacote laboral, querem impor a precariedade para todo o sempre. Uma opção que está em confronto — como se demonstra todos os dias, com a necessidade de um sistema científico robusto, capaz de planear a longo prazo; de reter talento e ser independente de interesses alheios ao interesse nacional; de construir a soberania tecnológica e a autonomia estratégica — com os direitos dos investigadores.

Este é o momento para optar. Ou se valoriza a investigação, a ciência e a tecnologia, ou se mantém na precariedade quem investiga e quem produz ciência. É este o desafio que está colocado a cada Deputado.

Da parte do PCP, há muito que a opção está tomada e o projeto que apresentamos fala por si. Só há futuro na investigação, ciência e tecnologia com investigadores respeitados e valorizados.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento.

*Pausa.*

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, numa altura em que, de facto, tanto se fala da reforma laboral, estamos quase — repito, quase — todos de acordo em relação à urgência de resolver o problema da precariedade que atinge os bolseiros de investigação.

Mas há mais: é precisamente no Estado que temos a maior precariedade, e os investigadores têm sido o parente pobre destes precários. Aliás, a vossa proposta diz, e passo a citar, «o problema de [...] investigadores [...] com vínculos precários há [...] décadas». Eu repito: há várias décadas.

A chatice dos diabos, Sr. Deputado, é que o PCP, quando estive nos corredores do poder com o PS, não quis saber da precariedade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Aliás, o próprio PS admitiu há poucos dias que não quer reduzir a precariedade de ninguém. Aliás, nem o PS nem o PCP.

*Aplausos do CH.*

Se dúvidas houvesse, ficou claro no debate de ontem sobre a greve na Lusa que o PCP gosta, de facto, é de precariedade e dificuldade, porque é assim que faz prova de vida.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Não vale mentiras!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — É assim que conseguem ter as ruas cheias nos dias de greve. A chatice é que têm as urnas vazias no dia das eleições.

A vantagem, Sr. Deputado, é que o nosso bom povo português olha para esta bancada e sabe que o Chega está, de facto, preocupado com quem trabalha e com o combate à precariedade.

*Protestos do PCP.*

É por isso, Sr. Deputado, que o Chega está a crescer e o PCP a desaparecer.

Sr. Deputado, como estamos a abordar questões de investigação, é também da maior utilidade que se use este espaço para alguma pedagogia. A esse nível, apresentamos a sugestão, à semelhança do que faz esta bancada do Chega, de que entregue uma parte do seu salário para obras e para serviços de instituições de solidariedade. Sugerimos que o PCP, com os muitos milhões de euros, ou pelo menos milhares de euros, de lucro das festas do Avante, aplique esses valores para bolsas.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Até trago algumas sugestões: a bolsa Álvaro Cunhal para os estudos da democracia e a bolsa Júlio Fogaça para a tolerância e contra a discriminação.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O que é isto?!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Finalmente, Sr. Deputado, e reafirmando a genuína preocupação com o combate à precariedade, uma vez que o PCP pretende vincular todos os bolseiros, aquilo que perguntamos é se o PCP fez as contas e se as pode apresentar.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Isabel Ferreira, do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, assistimos, como já é habitual, ao fenómeno da esquerda unida: todos juntos no desaparecimento da esquerda em Portugal.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Olha lá, mas o Chega já fez uma intervenção! Isto agora é outra?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Deputado Paulo Raimundo, reconhecer um problema não nos obriga a aceitar soluções erradas, irrealistas ou financeiramente irresponsáveis. É isso que este projeto do PCP representa.

*Protestos do PCP e de Deputados do L.*

Sob a falsa aparência de justiça laboral, cria na prática um mecanismo de integração administrativa massiva e automática na carreira de investigação científica. O PCP pretende impor às universidades, aos centros de investigação e às instituições de ensino científico a integração automática de trabalhadores, com vínculos permanentes, financiamento estatal obrigatório, sem apresentar uma única estimativa rigorosa do

impacto orçamental da sua proposta. Não explica quantos investigadores seriam abrangidos, como seriam financiadas as progressões futuras e qual seria o impacto plurianual nas universidades, laboratórios e fundações.

Convém relembrar o PCP que, no século XXI, grande parte da ciência funciona através de projetos competitivos, financiamento europeu, equipas temporárias e programas de duração limitada. Não se constrói com automatismos administrativos.

*Protestos do L e do PCP.*

Este Governo acredita numa política científica séria que valorize investigadores, que reduza abusos de precariedade, que promova carreiras dignas, mas que preserve simultaneamente a qualidade, a exigência, a competitividade e a sustentabilidade do sistema científico.

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

Portugal não precisa de discursos que nivelam por baixo nem de ideologias que olham para o mérito e a ambição como ameaças. Um país só avança quando recompensa quem trabalha, quem cria, quem arrisca e quem produz valor. Sem meritocracia não há inovação, sem inovação não há crescimento e sem crescimento não há verdadeiro progresso social.

*Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.*

Nós queremos o progresso de Portugal, mas o PCP não quer, assim como nunca quis o desenvolvimento económico e social do nosso País.

**Vozes do PSD e do CH:** — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Já agora, Sr. Deputado, como pretende o PCP implementar este projeto?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É impossível!

O Sr. **Presidente**: — Foram repostos 2 segundos ao PCP, porque, quando o Sr. Deputado terminou, o relógio registou mais 2 segundos.

Portanto, para responder, o Sr. Deputado dispõe de 2 segundos mais os 15 de tolerância.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas, todas ao lado. É sempre: «Quanto é que custa? Quanto é que custa?»

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Claro!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, com todo o respeito, sobre um projeto do século XXI, sabe qual é o seu projeto? É o seu pacote laboral. Precariedade, precariedade, precariedade, precariedade!

*Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.*

É a solução para os vossos problemas. Não é a solução para a ciência nem para os investigadores.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — A sério? Esse discurso... Rode a cassete!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas está tudo louco?! Mantenham a precariedade, mantenham! Depois vai rebentar-vos nas mãos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Há 50 % de vínculos precários!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há 20 % de desemprego jovem!

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o seu projeto, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O número de pessoas dedicadas à investigação científica em Portugal aumentou de forma muito significativa nas últimas décadas. Em 2021, existiam cerca de 21 000 investigadores equivalentes a tempo integral. Hoje, existem mais de 62 000, praticamente três vezes mais.

Este crescimento não surgiu por acaso. Resultou de décadas de investimento em ciência, ensino superior e formação avançada. Resultou de apostas em doutoramentos nas unidades de investigação e nas universidades e da participação portuguesa em redes internacionais. Trata-se, em grande medida, do fruto de um investimento feito ao longo de muitos anos.

Contudo, talvez uma coisa a que nunca conseguimos responder seja esta: como é que resolvemos o problema estrutural da contratação das pessoas que o próprio sistema forma? Produzimos mais conhecimento e mais investigadores, mas nunca definimos de forma clara quais são os seus percursos de carreira possíveis.

As respostas criadas ao longo dos anos foram várias: houve o Compromisso com o Conhecimento e a Ciência, o Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual e outros mecanismos que procuraram responder a necessidades imediatas.

Também em 2017, todos sabemos, tivemos a Lei n.º 57/2017, que permitiu substituir a maior parte das bolsas de doutoramento por contratos, representando uma melhoria muito grande na vida das pessoas, porque passaram a ter direitos como os trabalhadores — direitos laborais, direitos de proteção social. Mas estes contratos, todos sabemos também, eram contratos a termo, com duração máxima de seis anos, e em 2024 e 2025 começaram a terminar. Então, nessa altura, todos estes investigadores, mais de 1000, voltaram a confrontar-se com situações de incerteza e ausência de continuidade profissional.

Entretanto, surge o FCT-Tenure, que é um mecanismo de financiamento destinado a apoiar a contratação de investigadores doutorados para posições permanentes nas universidades e unidades de investigação, financiado pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Pois é, este mecanismo permitiu integrar parte dos investigadores, só que o problema destas medidas e desta integração não está propriamente na sua existência; está na sua natureza pontual. A abertura de mais de um milhão de posições num único momento pode responder a necessidades imediatas, mas não resolve o problema da contratação do nosso sistema científico. Então, corre-se o risco, como todos sabemos, de criar ciclos descontínuos de contratação, seguidos de novos períodos de estagnação e de incerteza. A questão permanece: não sabemos neste momento sequer se o FCT-Tenure terá continuidade, nem em que moldes, até porque o PRR já acabou. Não sabemos.

As consequências deste problema são reais, porque, quando alguém não consegue perceber o que pode esperar do sistema científico daqui a dois, três, quatro, cinco anos, não consegue construir uma vida, planear o futuro, tomar decisões pessoais na sua vida. Isto contribui também para aquilo que conhecemos bem: a perda de talento. Muitas pessoas saem do País não só à procura de mais altos salários, mas de sítios onde sabem que existe estabilidade nas suas carreiras.

**Vozes do L:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Investimos muitos recursos na formação destas pessoas e estamos a perder esse investimento. Isto devia preocupar-nos a todos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

A proposta do Livre quer contribuir para a discussão e por isso apresentamos esta iniciativa, que é um mecanismo de integração na carreira de investigação científica para investigadores doutorados com experiência acumulada em contratos ou bolsas, que reconheça o tempo de serviço realizado e que apoie financeiramente as instituições durante os primeiros anos, o que pode ser feito ao abrigo dos contratos-programa com as instituições que, neste momento, estão previstos pelo Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

Não podemos continuar a financiar a ciência aos soluços, aos bocadinhos. Para construir o futuro do País, as pessoas que o vão construir também têm de saber o que as espera, para nos poderem ajudar a todos. Isso é essencial.

Por isso, apelo a que votem favoravelmente esta nossa proposta, porque penso que é bastante...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, também para a apresentação do seu projeto.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os investigadores em formação e os investigadores em iniciação científica não têm subsídio de férias nem 14.<sup>o</sup> mês. Só têm os descontos para a segurança social correspondentes ao rendimento de um IAS (indexante dos apoios sociais) e não têm direito a subsídio de desemprego.

O País não pode tratar assim os trabalhadores da ciência. O seu trabalho conta para os projetos que integram, a sua produção valoriza as nossas universidades e centros de investigação.

O Governo enche a boca com inovação, com novas agências e siglas, mas deixa quem inova sem condições para trabalhar. As bolsas têm de ser substituídas por contratos de trabalho. Este passo, proposto pelo Bloco de Esquerda, foi aprovado no Orçamento do Estado para 2026. O novo estatuto dos investigadores prevê as categorias profissionais em que os atuais bolseiros poderão ser contratados. Então, o que é que falta para acabar com esta injustiça?

Apelo à aprovação do projeto de lei que hoje trazemos, que cria um regime jurídico do investigador em formação ou iniciação científica. Através deste novo regime, as bolsas para os investigadores com grau de mestre vão ser substituídas por contratos de trabalho como assistentes de investigação. O carácter temporário dos projetos em nada obriga a que a contratação seja por bolsa.

Também através deste novo regime, as bolsas de doutoramento serão substituídas por contratos de investigador doutorando. O carácter temporário da formação em nada obriga a que estejam contratados por bolsa.

Devem ter contratos e, como propomos, ter um regime de direitos e de deveres compatíveis com o estatuto de investigadores que iniciam o seu percurso.

Se queremos ter uma economia moderna e com futuro, temos de valorizar todos os trabalhadores. Contratos de trabalho para todos os trabalhadores da ciência é da mais elementar justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Tender, do Chega, para a apresentação do seu projeto.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A ciência e a investigação não têm tido a atenção e o investimento necessários, deixando muitos investigadores em situação de precariedade. O Governo reconhece este problema estrutural, mas ainda não apresentou uma reforma concreta e financeiramente sustentada. O Chega apresenta, por isso, a esta Câmara, uma iniciativa que pretende reforçar a estabilidade contratual na investigação científica e valorizar as carreiras de investigação.

Esta não é uma matéria nova para o Chega. O nosso programa eleitoral propunha um aumento do investimento no programa de estímulo ao emprego científico, de forma a criar mais oportunidades de contratação de investigadores por entidades que desenvolvam atividades de investigação e desenvolvimento.

Um sistema público de ciência, tecnologia e inovação robusto é a espinha dorsal do progresso científico moderno e seu impulsionador. É motor de crescimento económico, de inovação comercial, de garantia de melhores serviços para a sociedade e de soberania nacional em setores críticos como a saúde, a defesa ou a reforma do Estado.

O funcionamento do sistema científico e tecnológico nacional tem assentado de forma persistente na fragilidade dos vínculos de milhares dos seus investigadores, com recurso extensivo a bolsas e contratos a termo. O Estado deve corrigir as atuais fragilidades estruturais para o exercício da investigação científica, como a ausência de direitos laborais plenos, a inexistência de proteção social adequada e as dificuldades na previsibilidade das carreiras, com impactos na vida pessoal e familiar. Muitos destes profissionais desempenham funções permanentes e essenciais ao funcionamento das instituições científicas sem o correspondente enquadramento jurídico-laboral.

Ora, a sustentabilidade do sistema científico nacional depende, em larga medida, da existência de carreiras estruturadas, previsíveis e valorizadas, compatíveis com o nível de exigência e responsabilidade inerente à atividade de investigação científica.

O Chega propõe cinco medidas fundamentais: a definição de um plano plurianual para reforçar a estabilidade contratual dos investigadores e integrar progressivamente vínculos permanentes; o estabelecimento de critérios transparentes de ingresso, progressão e avaliação nas carreiras científicas, valorizando mérito e produtividade, garantindo previsibilidade e segurança laboral; a harmonização do regime jurídico das carreiras de investigação, eliminando desigualdades entre instituições públicas; o reforço da ligação entre universidades, laboratórios do Estado e empresas, promovendo a transferência de conhecimento para a economia nacional e internacional; uma gestão estratégica do financiamento público à ciência, assegurando estabilidade, continuidade e retorno económico e social do investimento.

Portugal não pode continuar a formar investigadores altamente qualificados para depois lhes oferecer insegurança e ausência de perspetivas de carreira. Cabe a esta Câmara aprovar o nosso projeto, que propõe o reforço da estabilidade contratual e a valorização da investigação, dos investigadores e das suas carreiras. Vamos acabar com as injustiças e a precariedade nesta área.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, também para a apresentação do seu projeto.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Quero agradecer o agendamento deste tema em debate, que, não sendo uma inovação neste Parlamento, continua, infelizmente, a ser atual.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, apesar de serem o motor de desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico em Portugal, a maior parte dos investigadores continua a viver numa situação precária, e o amor à camisola ou o sentimento de missão por parte destes trabalhadores que suportam o sistema científico e tecnológico nacional não basta. Aliás, eles têm toda a responsabilidade de um trabalho com contrato, mas sem nenhum dos benefícios. Não recebem um ordenado, mas sim um subsídio de manutenção, não tendo direito a subsídio de alimentação, a proteção na doença, nem a direitos de parentalidade, entre outras diversas situações que põem em causa aquela que deveria ser a sua estabilidade, até mesmo após um investimento em toda uma carreira académica e de investigação.

Falamos de jovens que se veem entusiasmados ao receber ou serem remunerados pela primeira vez por produzirem ciência, mas que se encontram rapidamente num contexto de incerteza, passando de bolsa em bolsa para suportarem os seus custos, com poucas perspetivas de obterem um vínculo estável que não dependa de concursos científicos dos quais podem nem sequer vir a beneficiar.

Para qualquer pessoa que tenha um mínimo de contacto com o sistema de investigação português, é evidente que é preciso garantir mais e melhores condições aos investigadores. Não basta dizermos que queremos reter talento em Portugal.

É neste contexto que o PAN defende a inclusão gradual de todos os investigadores bolseiros na carreira de investigação científica, porque só assim vamos conseguir ter uma investigação de excelência, com trabalhadores motivados e devidamente valorizados, mais do que elogiá-los apenas quando existe uma grande descoberta ou inovação que é concretizada pelos mesmos, mas que depois não se traduz numa efetiva valorização.

Concluindo neste ponto, não podia deixar de recordar as palavras do próprio Sr. Presidente da Assembleia da República, quando ainda há bem pouco tempo nos recordou aqui o exemplo da jovem Lua Afonso, que tanto nos orgulha, mas que num dia em que chegar a ser, se calhar, investigadora ou até mesmo estar num outro projeto que muito orgulhe Portugal, poderá ter de estar, infelizmente, a saltar de bolsa em bolsa, porque é o que temos ainda a oferecer aos nossos jovens.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Portugal não pode continuar a tratar os seus investigadores como trabalhadores descartáveis. Falamos de homens e mulheres altamente qualificados, que dedicam anos da sua vida à ciência, à inovação e ao desenvolvimento do País, mas que continuam presos a bolsas precárias, sem estabilidade, sem direitos e sem qualquer perspetiva de futuro.

O País elogia os seus investidores quando há prémios, descobertas ou reconhecimento internacional, mas a verdade é que muitos vivem sem contrato, sem proteção social e sem segurança para construir uma vida digna. Isto não é aceitável num país que quer apostar no conhecimento, na inovação e no desenvolvimento sustentável.

Entendo que investir na ciência também é investir nas pessoas que fazem a ciência acontecer. Precisamos de um sistema científico mais justo, mais estável e mais humano, capaz de fixar talento em Portugal e evitar a fuga dos nossos melhores profissionais para o estrangeiro. Por isso, valorizar os investigadores é valorizar o futuro do País. Irei, assim, acompanhar as diferentes iniciativas em discussão neste Parlamento.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Aida Carvalho, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Partido Socialista acompanha com seriedade este debate sobre a carreira de investigação científica, por reconhecer que ele toca num dos pilares essenciais do desenvolvimento do País, que é a capacidade de produzir conhecimento, reter talento e transformar a ciência em progresso económico, social e cultural.

Importa começar por reconhecer o caminho já percorrido. A norma transitória da Lei n.º 57/2017 permitiu integrar muitos investigadores em situação precária. O programa FCT-Tenure, bem como o Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual, as medidas do PRR ou a Missão Interface abriram novas perspetivas. O Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o regime comum de carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado foram iniciados durante o Governo do Partido Socialista, em 2023, mas as sucessivas dissoluções parlamentares atrasaram o processo, apenas permitindo que o novo estatuto fosse aprovado em 2025.

O ECIC (Estatuto da Carreira de Investigação Científica) foi um marco importante, mas não ignoramos o que ainda falta fazer. As iniciativas hoje em discussão refletem essa preocupação, embora apresentem respostas distintas. O PCP propõe mecanismos extraordinários de integração, com procedimentos uninominais e adaptação automática dos mapas de pessoal. Embora reconheçamos o objetivo de combater a precariedade, entendemos que estas soluções levantam sérias reservas quanto à transparência, à igualdade no acesso e à valorização do mérito.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Bloco de Esquerda centra a sua proposta na substituição das bolsas por contratos de trabalho. Trata-se de uma questão relevante, mas exige equilíbrio. O Partido Socialista sempre defendeu que as bolsas de formação têm natureza formativa e não devem substituir vínculos laborais permanentes.

*Aplausos do PS.*

Ao mesmo tempo, reconhecemos que funções permanentes não podem continuar assentes em sucessivos vínculos precários. Foi neste sentido, aliás, que procurámos reforçar o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, promovendo um quadro mais claro para a integração de investigadores doutorados em funções permanentes, através de concursos públicos e de critérios de avaliação transparentes.

Entendemos, portanto, que esta transição não pode ser feita sem critérios, porque existem diferentes fases da carreira científica, desde a formação até à estabilização, que exigem enquadramentos distintos. É por isso que defendemos a progressiva substituição de bolsas por contratos nos contextos adequados, salvaguardando assim a natureza formativa de determinadas fases e assegurando a sustentabilidade das instituições.

Dentro deste quadro, o Partido Socialista considera que o novo ECIC constitui um passo importante para estruturar a carreira de investigação, mas ainda se exige mecanismos complementares de integração e transição para investigadores que já respondem a necessidades permanentes. Por isso, assumimos uma postura responsável: reconhecemos a legitimidade das propostas que visam combater a precariedade, mas não podemos apoiar soluções que, através de mecanismos extraordinários ou automáticos, comprometem a transparência, a igualdade de oportunidades e a racionalidade da gestão do emprego científico.

O Livre e o PAN contribuem para um diagnóstico pertinente sobre a precariedade do setor. O projeto do Livre propõe a integração mediante o procedimento concursal internacional previsto no ECIC, iniciando-se por iniciativa do próprio investigador junto da respetiva instituição. Prevê igualmente que os encargos decorrentes das novas contratações sejam financiados pelo Orçamento do Estado, através de contratos-programa com as instituições de acolhimento durante os três anos subsequentes à integração.

O Chega recomenda ao Governo um plano para reforçar a estabilidade contratual de investigadores, integrando progressivamente profissionais com vínculos precários.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, existe hoje um consenso alargado quanto à existência da precariedade na ciência; o que não existe é consenso suficiente quanto às soluções. Não é prudente avançar, neste momento, com novas soluções, sem antes consolidar devidamente o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica e assegurar a sua plena aplicação pelas instituições. Importa garantir a abertura regular de concursos, criar mecanismos de transição justos e transparentes para quem já desempenha funções permanentes, e assegurar que o financiamento público acompanha a necessária estabilidade das equipas de investigação.

Por isso mesmo, reconhecendo o mérito e os objetivos subjacentes às iniciativas aqui discutidas, o Partido Socialista entende que as mesmas não oferecem ainda uma resposta plenamente equilibrada aos desafios que se colocam. A nossa posição é, portanto, uma posição de exigência e de responsabilidade. Não desconsideramos o problema da precariedade; procuramos, sim, garantir uma resposta que seja consistente, sustentável e verdadeiramente promotora da valorização da carreira científica.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do Partido Social Democrata, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Sr. Deputado Paulo Raimundo decidiu inaugurar este debate, uma vez mais, com o papão da reforma laboral. Já estamos habituados a esta forma de fazer política. Há partidos que escolhem a política das trincheiras, colocando uns contra os outros.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É sempre a mesma coisa!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — É o que querem fazer! É mais precariedade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Os trabalhadores contra as empresas, as empresas contra os trabalhadores;...

**Vozes do PSD:** — É verdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... o público contra o privado, o privado contra o público; a ciência contra a economia, a economia contra a ciência; a criação de conhecimento contra a criação de riqueza; a investigação aplicada contra a investigação fundamental.

*Protestos do PCP e da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

Já sabemos que essa é a vossa forma de fazer política.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É mentira!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É mentira?! É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Deste lado, nós sabemos que as reformas se conseguem com todos e envolvendo todos.

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Por isso é que está em curso uma reforma do sistema científico e tecnológico, e é por esse motivo que olhamos com muita preocupação para as propostas que estão hoje a ser aqui discutidas e que são trazidas pelos partidos à esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Esta visão dos partidos à esquerda é, de facto, uma visão redutora, uma visão do passado, uma visão de um sistema científico e tecnológico entre muros, em circuito fechado.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.*

Os senhores ignoram por completo que a investigação pode ser feita fora do contexto académico; ignoram que a investigação pode e deve ser feita no contexto empresarial; ignoram a articulação com as empresas, com os laboratórios colaborativos; ignoram a própria construção do espaço europeu de ensino superior e o acesso ao financiamento competitivo. É por isso que os senhores continuam presos no passado.

Eu estava à espera que o Sr. Deputado, daquela tribuna, fizesse um ato de contrição, porque tiveram tempo para tentar influenciar a governação do Partido Socialista, mas nós sabemos que o diagnóstico que hoje fazem é resultado da ausência de políticas da esquerda.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vergonha!

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — A culpa é sempre dos outros!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Vêm aqui hoje reclamar soluções, mas tenho de lhes dizer que as soluções estão do lado do Governo da AD. Porquê?! Olhe, desde logo, pela revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que não era revista — sabe desde quando? — desde 1999!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Do tempo da geringonça! Aquele germe!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Quem é que teve o ímpeto de reformar esse estatuto? Foi o Governo da AD, e o Sr. Deputado sabe que estivemos a discutir, nesta Casa, o novo estatuto.

Também não ouvi o Sr. Deputado falar dos regimes transitórios. Não ouvi o Sr. Deputado falar, por exemplo, dos técnicos superiores doutorados que exercem funções de investigação. Porquê? Porque este problema está resolvido e foi este Governo que resolveu mais esse problema de há anos. Sabemos que esses concursos estão a ser consolidados e articulados. O Governo está em diálogo com os sindicatos e com as associações do setor. E isto no que diz respeito à esfera da administração direta e indireta do Estado.

No que diz respeito à esfera de atuação das instituições de ensino superior, este Parlamento — não o PSD, mas sim os partidos da esquerda e também o Chega —, à segunda-feira, vem pedir o reforço da autonomia das instituições de ensino superior; à quinta-feira, vem defender uma intrusão na autonomia das instituições de ensino superior. Os senhores têm de decidir, afinal, aquilo que querem.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Mas há mais: sabemos que está em curso uma reforma da nova Agência para a Investigação e Inovação, que, sim, tem um olhar estratégico e de longo prazo sobre o financiamento da ciência, articulando quer a inovação quer a ciência e protegendo a ciência fundamental.

Está também em curso o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Sabemos também que está a ser revista a lei da ciência e, sim, havemos de chegar à revisão do estatuto do bolseiro, porque também é nosso entendimento que devemos evoluir para regime de contratos. Agora, isto não significa que as bolsas terminem, porque os projetos têm princípio, meio e fim, e há projetos que são temporários.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Oh, pá!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — A precariedade assenta, porquê? Porque há funções que são permanentes que estão a ser cobertas por regimes temporários, e é essa a precariedade que temos de combater. Mas não é, seguramente, com estas medidas propostas pela esquerda.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Pois não, é pelas suas, que não são medidas...!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — A esquerda até se apresenta a este debate como sempre, com uma certa superioridade moral sobre a defesa da ciência. Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que olhe para o ímpeto reformista, para aquilo que, em dois anos, este Governo está a fazer na ciência.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Isso é que é o problema!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Se já fizemos tanto, imagine o que será corrigido e completado, no final desta Legislatura. Certamente que os fará corar de vergonha!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar a ABIC (Associação dos Bolseiros de Investigação Científica), que continua a motivar o Parlamento a debater as condições dos investigadores bolseiros. Bem hajam por isso.

A ciência e a investigação científica precisam de estabilidade e previsibilidade. Penso que aí estamos todos de acordo. É por isso mesmo que o Programa do Governo prevê expressamente a necessidade de dar estabilidade e previsibilidade às carreiras dos investigadores científicos.

Posto isto, é importante perceber efetivamente o que está em debate hoje aqui, no Parlamento, e é preciso fazer um pouco de história, embora história recente.

Em março de 2025, e por iniciativa do Governo, este Parlamento votou o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica,...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Que não resolveu este problema!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... mas, como as oposições estavam com tanta pressa de deitar o Governo abaixo e provocar novas eleições, essa proposta caducou.

Ainda assim, foi possível chegar a entendimento, relativamente a uma proposta do PS noutra sentido. Foi possível chegar a esse entendimento.

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Foi a AD que admitiu!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a lei que saiu do Parlamento incluiu, designadamente, várias propostas apresentadas pelo Partido Comunista Português, que traz hoje esta questão a debate.

Então, verdadeiramente, o que é que está aqui em causa, neste debate? Na prática, é como se o Partido Comunista estivesse a recorrer para Plenário das propostas na especialidade que apresentou no ano passado e que foram chumbadas por este Parlamento.

Srs. Deputados, a este propósito, faço dois considerandos. Primeiro: o Governo já está a reunir hoje com diversas entidades, designadamente diversos sindicatos, para negociar a regulamentação de algumas matérias importantes do novo estatuto. Ora, eu achava que o PCP tinha uma ligação mais próxima, eu diria mesmo umbilical, à FENPROF (Federação Nacional dos Professores),...

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

... mas percebo agora que devem estar a enfrentar o problema dos telefones estragados,...

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

... porque, Sr. Deputado, um dos sindicatos com os quais o Governo está a negociar a regulamentação do novo estatuto é precisamente a FENPROF, que, aliás, no ano passado, elogiou, e bem, o novo estatuto que saiu deste Parlamento.

É verdade, Srs. Deputados, nós, da bancada do CDS, reconhecemos que ainda existem questões para resolver...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Questões?! Está tudo por resolver!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e a questão dos bolseiros é uma questão absolutamente central.

Como temos dito, pelo menos desde 2017, é um problema de generalização abusiva dos bolseiros de investigação, ao longo dos anos. É por isso que o atual Governo já anunciou que vai repensar o emprego científico e o modelo de contratação de cientistas.

Agora, o que o PCP apresenta nesta solução é uma espécie de solução a foice e martelo: acabam-se as bolsas!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Eh!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Eh! Que forçado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eh, isso é foleiro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nós sabemos que isso já foi chumbado no ano passado e vai voltar a ser chumbado este ano.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — São soluções que resolvem os problemas das pessoas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nós confiamos nas reformas que estão a ser realizadas por este Governo, para continuar a transformar a investigação científica e a carreira...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e contraprotestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Estatuto da Carreira de Investigação Científica tem agora um ano. Trabalhámos em conjunto, nesta Casa, para, gradualmente, retirar os níveis de precariedade que existiam e que eram, de facto, inaceitáveis, introduzimos múltiplas soluções para valorizar a docência e a investigação e para incentivar a contratação de doutorados por empresas que transformem efetivamente a economia. Além disso, também era inaceitável a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) ser um berço de cativações financeiras à ciência e à investigação.

Todas estas alterações são ainda muito recentes. A própria reestruturação da FCT ainda não está consolidada. As metodologias de avaliação foram alteradas. Portanto, antes de fazer ajustes ou afinações, deve haver uma avaliação dos resultados que foram alcançados,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — ... se foram os pretendidos ou não, se estamos a conseguir que a ciência traga mais-valias à nossa economia e à nossa indústria e se estamos a conseguir criar a dinâmica para termos mais cientistas, porque, se as vagas continuassem a ser criadas por decreto, o que teríamos era o regresso à precariedade, à instabilidade e a uma dependência política do Governo de turno, que a Iniciativa Liberal não quer. Não quer e rejeita em absoluto. Não queremos voltar ao passado e queremos que a ciência se torne um pilar cada vez mais incontornável e independente do poder político.

A ciência e a investigação são os pilares das sociedades evoluídas, que não andam para trás, não se vergam à desinformação e ao populismo. Hoje, mais do que nunca, precisamos desse conhecimento.

Rejeitamos as propostas que nos atiram para trás, mas queremos, de facto, rever o problema dos investigadores bolseiros, que não podem continuar a caminhar num caminho paralelo. Nós reconhecemos esse problema e que este tema tem de ser revisitado.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Não recebemos mais inscrições para intervenção, pelo que vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, para fazer o encerramento do debate.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Sr.<sup>a</sup> Deputada Gabriela, com grande respeito, passou 6 minutos da intervenção em que conseguiu atacar o PCP, de forma até completamente descabida, na minha opinião;...

*Protestos da Deputada do PSD Ana Gabriela Cabilhas, do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio e do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... conseguiu tentar justificar que a precariedade, a desregulação de horários e o despedimento sem justa causa são tudo modernices, a coisa mais moderna que existe; e conseguiu passar olímpicamente ao lado — aliás, como o Sr. Deputado Paulo Nuncio — da vida e da realidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

**Vozes da IL:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Da vossa realidade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Aquilo que nós aqui trouxemos foi a situação de vida de 3000 investigadores e 8000 bolsеiros, da precariedade dessa gente que sustenta o sistema científico nacional, dessa gente que garante que os laboratórios funcionam.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sindicatos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E os Srs. Deputados passaram completamente ao lado. Perguntaram «quanto custa?». É sempre essa a pergunta: quanto custa?

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

E eu pergunto assim: quanto custa a vida de cada um?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quanto custa a saída de gente qualificada, altamente qualificada, que é empurrada para fora do País?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Para a Coreia do Norte?! Para os países de Leste?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quanto custa ao País desperdiçar este potencial científico e desperdiçar um caminho que seja necessariamente de uma política científica ao serviço da produção nacional e do próprio País? Quanto custa?

*Protestos da Deputada do PSD Ana Gabriela Cabilhas.*

Srs. Deputados, não vale a pena — desculpem a expressão — mais hipocrisia. Se estão preocupados com a precariedade destes milhares de investigadores, só têm uma coisa a fazer:...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Voltar ao passado, voltar à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... apoiar a nossa iniciativa. É isto que resolve. As medidas estão tomadas, têm as provas dadas.

Resolvem tudo, resolvem tudo, não resolvem é o mais importante:...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Chama-se democracia!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... a vida, a precariedade, a instabilidade de milhares e milhares e milhares de bolseiros e investigadores.

É isto que nos move, é isto que nos preocupa, mas, pelos vistos, isso é aquilo que menos preocupa os Srs. Deputados. Se chumbarem a medida, vão ter de explicar, olhos nos olhos, a cada um deles, a razão pela qual a chumbaram.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — E assim termina este ponto.

Vamos passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consiste na discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 889/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD) — Pelo alargamento do Passe do Antigo Combatente a todo o território nacional, e pela maior eficiência nos pagamentos feitos pelo Estado às empresas de transportes, dos Projetos de Lei n.ºs 153/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estende a gratuidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional, e 613/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Alarga a todo o território nacional a gratuidade dos transportes coletivos para os antigos combatentes e para as viúvas e viúvos de antigos combatentes (altera a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que aprova o Estatuto do Antigo Combatente), na generalidade, bem como do Projeto de Resolução n.º 892/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo que assegure a plena efetividade do Passe do Antigo Combatente, a simplificação dos respetivos procedimentos e o reforço do acesso dos antigos combatentes aos direitos previstos no respetivo estatuto.

Se alguém das bancadas vai mudar de lugar, convinha que o fizesse já. A Mesa está a aguardar as inscrições de quem faz as respetivas apresentações dos projetos. Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem.

*Pausa.*

Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra, para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 889/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD).

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permita-me, Sr. Presidente, em primeiro lugar cumprimentar os Srs. Representantes da Liga dos Combatentes,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... o Sr. General Chito Rodrigues e demais representantes da Liga dos Combatentes, e que diga que os antigos combatentes em Portugal tiveram, numa interpretação mais benevolente, um esquecimento, durante décadas, que envergonha o nosso País. Na interpretação mais realista, é pior do que esquecimento, é alguma vergonha dos responsáveis políticos em lidar com um reconhecimento, que é fundamental, por aqueles que lutaram pela nossa bandeira, que não perguntaram razão nem causa para fazerem aquilo que lhes foi incumbido e as missões para as quais foram designados e que, durante muitos anos, não tiveram qualquer reconhecimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Devo dizer que é uma honra ter sido um Governo do PSD e do CDS a inverter essa lógica, no início deste século, dando aos combatentes, pela primeira vez, a dignidade que os antigos combatentes mereciam.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É certo que esse reconhecimento foi sempre considerado pelos próprios insuficiente e que se reclamou que fosse mais além. É justo que se vá — e foi, ao longo do tempo, aí felizmente já com outros Governos também — sendo feito este reconhecimento.

Porém, há matérias — e, ainda há pouco tempo, tivemos a oportunidade de receber a Liga dos Combatentes aqui na Assembleia da República, na Comissão de Defesa — em que é importante conseguir ir mais além e resolver algumas destas questões.

Uma delas é a questão dos transportes. Nestas medidas, que disse que foram feitas, de reconhecimento aos antigos combatentes, uma delas foi a atribuição do passe para os transportes públicos. Contudo, esse passe está limitado à área metropolitana ou à comunidade intermunicipal em que o antigo combatente seja residente. O que agora propomos, o que esta iniciativa do CDS propõe é que não haja uma limitação geográfica a este direito, mas que haja uma aplicação plena e universal deste direito; ou seja, que um antigo combatente possa deslocar-se a qualquer ponto do País e que, para isso, tenha acesso ao passe respetivo, à comparticipação desse transporte.

Fazemo-lo de forma responsável. Não intervimos apenas do lado do direito, que é justo e que conferimos; intervimos também do lado da responsabilidade financeira do Estado. Sabemos que, ao alargar este direito, se nada mais fosse feito, correríamos o risco de estar a contribuir para que empresas de transporte recebessem efetivas rendas, sem que houvesse, por parte dos antigos combatentes, um benefício efetivo destas transferências financeiras do Estado para as empresas.

Assim, a intervenção que fazemos vai em dois sentidos: por um lado, que passem a ser consideradas, para as indemnizações pagas às empresas de transporte, não o número de passes atribuídos aos antigos combatentes, mas as viagens efetivamente realizadas pelos mesmos, para que não se pague aquilo que não é benefício; por outro lado, também simplificar o processo administrativo, para que não haja tantas entidades a intervir nestes procedimentos.

Em suma, o que está em causa é dar mais um pequeno reconhecimento aos antigos combatentes, mas que é significativo, para que se possam deslocar em todo o território nacional, sem que para isso tenham de depender qualquer verba, fazendo-o, como disse, com a responsabilidade de saber que os recursos do Estado são escassos e que, mesmo quando reconhecemos a quem mais merece um direito, não devemos prescindir de ser responsáveis na gestão da coisa pública.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, para apresentar o Projeto de Lei n.º 153/XVII/1.ª (CH).

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tendo sido ontem celebrado o Dia da Marinha, saudamos os militares e civis que servem Portugal neste ramo das Forças Armadas.

*Aplausos do CH.*

Srs. Deputados, os portugueses que combateram nos pântanos da Guiné, nas planícies e selvas de Angola, Moçambique, República Centro-Africana, nas terras inóspitas do Afeganistão,...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — São os heróis da pátria!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — ... nas áreas urbanas dos Balcãs, que ajudaram a fazer nascer nações como Timor-Leste honraram as palavras de Mouzinho: «Essas poucas páginas brilhantes [...] que há na história do Portugal contemporâneo, escrevemo-las nós, os soldados [...]».

*Aplausos do CH.*

Estes portugueses maiores pedem dignidade, consideração e igualdade no tratamento. Clamam por justiça!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Hoje, podemos dar um passo nesse sentido.

A lei vigente limita a gratuidade dos transportes à área metropolitana ou comunidade intermunicipal do concelho de residência. Consideramos esta limitação injusta, particularmente para os antigos combatentes residentes no Interior, onde a oferta de transportes é escassa e o acesso a cuidados de saúde implica deslocações a centros urbanos distantes. Conceder-lhes a possibilidade de se deslocarem de forma gratuita no território nacional é o mínimo que o Estado lhes pode oferecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Estamos certos de que os detratores desta proposta irão referir que a medida é cara e não está contabilizada.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Srs. Deputados, o universo a que se aplica esta medida é finito e decrescente anualmente. Com base na referência orçamental de 2025, em que o Estado previa até 35 milhões de euros para assegurar o passe do antigo combatente no atual regime, a extensão da gratuidade a todo o território nacional teria um impacto adicional marginal, em relação ao Orçamento do Estado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — ... que estimamos em cerca de 15 milhões de euros anuais, e decrescente, dada a sua idade.

É essencial distinguir entre o universo potencial e o universo efetivo. Embora tenham sido já emitidos mais de 400 000 cartões de antigo combatente, esse número não representa a quantidade de pessoas que usa mensalmente transportes públicos.

Srs. Deputados, os nossos antigos combatentes necessitam de muito mais do que um passe gratuito. No entanto, este é um pequeno passo para que, no final das suas vidas, possam sentir o que Bernardo de Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira, deixou escrito, no seu epitáfio: «Foi soldado [...]. Serviu o seu País [...]. A Pátria nada lhe deve.»

*Aplausos do CH.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.*

O Sr. **Presidente**: — Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 613/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, há em Portugal 279 000 antigos combatentes da guerra colonial. A ditadura falhou a estes homens e ao País, ao preferir uma guerra injusta em vez de uma descolonização pacífica. A democracia tem de acertar onde a ditadura falhou.

A idade média destes homens é de 83 anos. A larguíssima maioria foi obrigada a ir para a guerra, mobilizada à força pela ditadura, com 24 meses em zonas de operações e salários que não cobriam o sabonete, e regressou com sequelas que os estudos científicos documentam: 35 % sofrem de condição psicológica crónica resultante da guerra e mais de metade têm uma condição física diagnosticada.

Muitos vivem com pensões de miséria. Há até, lamentavelmente, antigos combatentes em situação de sem-abrigo, do Porto a Faro.

A estes cidadãos, o Estado reconheceu, em 2020, o direito à gratuidade do passe, mas circunscreveu esse direito ao concelho de residência. Quem precisa de consulta de psiquiatria em Lisboa, mas mora em Bragança, paga bilhete. Quem quer visitar a família paga bilhete. Quem precisa de chegar a uma associação que o acompanha há décadas paga bilhete.

Esta limitação está na própria lei. Por isso, este é um projeto de lei e não uma recomendação retórica ao Governo. Propomos uma alteração cirúrgica ao artigo 17.º do estatuto: gratuidade em todo o território nacional, incluindo nos comboios da CP (Comboios de Portugal). Mantém-se o modelo de financiamento, mantém-se a arquitetura institucional, muda-se apenas o que tem de mudar, para que este direito deixe de parar nas fronteiras do concelho.

É uma medida de justiça material devida a uma geração a quem o Estado retirou a escolha e que carrega para toda a vida sequelas de uma guerra que não escolheu.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 892/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP), tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, trazemos a esta Assembleia uma iniciativa simples, justa e profundamente humana. Falamos dos antigos combatentes portugueses, homens que serviram o País em circunstâncias extremamente difíceis, muitos deles marcados física e emocionalmente para toda a vida e que merecem mais do que homenagens ocasionais ou discursos simbólicos.

O Estado criou o passe do antigo combatente — e bem! —, mas a verdade é que, para muitos beneficiários, aquilo que deveria ser um direito simples transformou-se numa autêntica corrida de obstáculos burocráticos. Há antigos combatentes idosos obrigados a sucessivos carregamentos, ativações, validações e deslocações; há dificuldades quando saem da sua região de residência; há desigualdades praticadas entre o continente e as regiões autónomas; e há demasiadas situações em que o Estado exige documentos e provas que já tem na sua posse, na própria Administração Pública — e isso não podemos aceitar.

Entendo que o reconhecimento dos antigos combatentes não pode ficar preso a burocracias. O reconhecimento tem de ser útil, concreto e digno. É por isso que propomos medidas claras: simplificar procedimentos, criar validação automática entre entidades públicas, eliminar exigências necessárias, garantir que o passe funciona em todo o território nacional sem discriminações e assegurar pagamentos regulares às transportadoras, para que o sistema funcione com estabilidade.

Esse passe não serve apenas para andar de autocarro ou comboio, serve para garantir acesso a consultas, farmácias, serviços públicos, instituições sociais, cerimónias oficiais e participações comunitárias. Em suma, serve para garantir dignidade.

Um país sério honra quem serviu, não apenas nas palavras, mas nas soluções concretas que lhes dá, no dia a dia. É exatamente isso que o JPP aqui propõe.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das intervenções dos grupos parlamentares. A primeira será feita pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal e tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Temos debatido aqui, em vários momentos, a necessidade de melhorar as condições de atratividade e de retenção dos efetivos das Forças Armadas, e são várias as formas pelas quais podemos melhorar, efetivamente, as condições dos homens e mulheres que já serviram o País ou que escolhem, neste momento, servir o País. Competitividade salarial ou valorização social e benefícios fiscais, são muitos os modelos que podemos adotar.

O passe do antigo combatente foi criado como uma forma concreta de reconhecimento. É uma medida que facilita o acesso a consultas médicas, serviços públicos, farmácias, instituições sociais, atos oficiais, associações e, muitas vezes, até à própria família.

Muitos antigos combatentes têm hoje idade avançada, rendimentos limitados, dificuldades de mobilidade e necessidades de saúde que exigem ir muito além da sua área de residência. Por isso, faz todo o sentido discutir o alargamento do passe, que está hoje limitado à sua área metropolitana ou à comunidade intermunicipal de residência e que assim, claramente, não responde à realidade atual destes cidadãos.

Adicionalmente, todas as alterações que visem uma melhoria na eficiência dos processos ou a eliminação de burocracia redundante, ou até uma boa gestão financeira responsável, merecerão sempre o nosso apoio.

Ora, se o Estado reconhece a qualidade do antigo combatente, não deve obrigá-lo, repetidamente, à apresentação de documentos que a Administração Pública já tem. Se existe um cartão válido e um perfil ativo, deve avaliar se faz sentido manter carregamentos ou ativações mensais desnecessárias.

Por outro lado, se o Estado assume uma compensação às transportadoras, essa compensação deve ser regular, transparente e, tanto quanto possível, ligada ao serviço efetivamente prestado.

Uma coisa é certa: um direito que existe apenas no papel ou que existe de forma limitada, burocrática e territorialmente desigual é um direito incompleto. É por isso que vemos com bons olhos as propostas que tornam o passe mais efetivo e os procedimentos mais simples. No entanto, temos reservas, face a soluções que rejeitem expressamente qualquer melhoria do modelo financeiro ou que deixem por responder questões fundamentais de implementação.

Valorizar quem serviu o País é também uma mensagem para quem serve hoje e uma mensagem determinante para os valores que devem orientar a política de recursos humanos.

#### *Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a próxima intervenção, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A gratuidade da utilização dos transportes públicos foi conferida aos antigos combatentes pelo Estatuto do Antigo Combatente, que foi aprovado pela primeira vez em 2020, sob proposta do Governo da altura, e, por isso, consideramos que as medidas que estão agora a ser propostas são uma continuação natural dessa medida, que tinha um âmbito territorial mais limitado, pelo que as acompanharemos.

Porém, não devemos exagerar o verdadeiro impacto desta medida. O respeito e o reconhecimento que os antigos combatentes nos merecem vai muito além de medidas como esta, que pode, em alguns casos, facilitar a vida a muitas pessoas que dela beneficiam, mas que tem um impacto limitado e em que há muitas outras pessoas que não conseguem efetivamente beneficiar delas, desde logo porque podem não ter serviços de transporte público à sua porta.

Sabemos que os benefícios e o reconhecimento que tem sido dado aos antigos combatentes ainda são insuficientes. Existem muitas formas de servir o País, mas quem o serve em situações de combate faz um sacrifício que não é comparável a outros, pelo que nenhuma pessoa que se submete a isso deve correr o risco de acabar a viver na miséria.

Foi também por isso que o PS propôs, na discussão do Orçamento do Estado para 2026, o aumento do complemento especial de pensões e do suplemento especial de pensões para os antigos combatentes.

Voltando à medida que está aqui em discussão, é importante perceber, de facto, que dar a todos a gratuidade dos transportes públicos, neste caso a todos os antigos combatentes, é uma medida que terá um impacto financeiro limitado. Nós também não exageramos o seu potencial impacto financeiro, até porque, lá está, em muitas regiões do País as pessoas não vão ter oportunidade de usar essas medidas, simplesmente porque não têm transporte público.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro! O PS nunca governou!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Isto remete-nos para o debate que aqui tivemos, há duas semanas, sobre as reduções de preço e a gratuidade dos transportes públicos.

Não pondo em causa o mérito desta medida, quando olhamos do ponto de vista das políticas de transportes — e, num país como Portugal, onde há muitas, muitas regiões onde o serviço de transportes públicos é muito limitado ou inexistente e onde, mesmo nas grandes cidades, existem enormes lacunas nos serviços de transportes públicos —, para que estas medidas de redução tarifária sejam efetivamente eficazes, elas têm sempre de ser acompanhadas. Em muitos casos, diria até que tem de se dar prioridade ao investimento no aumento da cobertura territorial e da oferta ao nível de serviço de transportes públicos.

É por isso que medidas como estas, que são dirigidas a grupos específicos, podem ter mérito, mas, se queremos dar acesso aos transportes a um preço mais baixo ou mesmo de forma gratuita, é preciso, em primeiro lugar, que haja transportes.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do Chega. Para o efeito, dispondo de até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Melo.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o debate de hoje revela bem a hipocrisia política de alguns partidos nesta Casa, particularmente do Partido Socialista. O PS governou durante anos, teve maioria absoluta, teve condições políticas, parlamentares e orçamentais para resolver o problema dos antigos combatentes. E o que é que fez? Nada.

Durante anos deixaram milhares de antigos combatentes limitados a um sistema injusto, discriminatório e profundamente desigual, sobretudo, para quem vive no interior do País e depende dos transportes para deslocações, para tratamentos, para consultas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Hoje, depois de tantos anos no poder, o PS chega aqui e não apresenta sequer uma proposta nesta matéria.

Por isso, a pergunta é simples: o que é que o PS ainda faz aqui, neste debate? Vem apenas comentar as propostas dos outros, ou vem agora fingir preocupação, depois de anos de silêncio e de inação?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — É que, enquanto estiveram no poder e podiam decidir, decidiram não fazer.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — O Chega apresentou uma proposta concreta, para garantir a gratuidade dos transportes públicos em todo o território nacional para os antigos combatentes. Uma proposta clara, objetiva e justa.

Ao PS, perguntamos diretamente: concordam ou não que um antigo combatente do interior tenha os mesmos direitos que um antigo combatente de Lisboa ou do Porto?

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — E, se concordam, porque não resolveram este problema enquanto estiveram no Governo? A verdade é que os antigos combatentes só aparecem nos discursos do Partido Socialista nas cerimónias e nas homenagens, porque, quando chega o momento de garantir direitos em concreto, o PS desaparece.

*Aplausos do CH.*

E muitos antigos combatentes sentem isso na pele há demasiados anos. Sabem bem que, para o PS, os antigos combatentes são muitas vezes vistos como um incómodo orçamental,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — ... um fardo que se tolera, que nunca foi visto como uma prioridade política.

O Chega não aceita isso. Para nós, quem serviu Portugal merece respeito, merece dignidade e merece um reconhecimento efetivo.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra, até 2 minutos, o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, isso é uma intervenção que vocês já têm pré-preparada e que usam para todos os debates.

*Protestos do CH.*

É só preencher os espaços em branco. Chegam aqui:...

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Ouve! Ouve!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — «Ah, o PS esteve lá oito anos; não fez nada e não sei o quê...»; é sempre a mesma intervenção.

Sr. Deputado...

*Protestos do CH e contraprotestos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado Frederico Francisco, peço desculpa, mas o tempo vai parar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Grupo Parlamentar do PS tem de se acalmar!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não foi apenas uma bancada que fez barulho a um volume acima daquilo que é aceitável. E o Sr. Deputado, que estava a fazer uma intervenção, foi resistente, mas estava com dificuldade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Grupo Parlamentar do PS tem de dar condições!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, peço às várias bancadas que resistam a uma volumetria que põe em causa o decorrer dos trabalhos.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.*

Portanto, assim que o Sr. Deputado regressar à sua intervenção, o tempo vai continuar a contar. Muito obrigado.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Deputado, é a intervenção que está pré-preparada, serve para tudo.

*Protestos do CH.*

É só preencher o espaço em branco: «O PS não fez nada!»

O Sr. **Raul Melo** (CH): — É verdade!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — «Oito anos, etc.», blá-blá-blá. É sempre a mesma conversa. Sr. Deputado, o Estatuto do Antigo Combatente foi aprovado em 2020, proposto por um Governo do PS.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Votaram contra o Orçamento!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Pela primeira vez, desde o 25 de abril, reconheceu-se o Estatuto do Antigo Combatente...

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Votaram contra o Orçamento do Estado!

*Protestos do CH.*

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Onde está o dinheiro?!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... no qual estava incluída esta medida. Portanto, se nós hoje estamos aqui a discutir o alargamento de uma medida, foi porque o PS a tomou inicialmente.

*Aplausos do PS.*

Sem o PS não havia gratuidade de transportes públicos para nenhum antigo combatente. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, nenhum Governo, nas últimas décadas, investiu tanto em transportes públicos como o PS, porque nós começámos do zero.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A ferrovia é mesmo o exemplo disso!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Tenho pena de não ter aqui o gráfico que mostrei ontem ao Sr. Ministro das Infraestruturas, mas mostro aqui, no ecrã do computador.

*O orador exibiu o gráfico que mencionou.*

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Vê, vê, vê!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Isto aqui é a evolução do investimento na rede ferroviária desde 2015.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Aprende! Aprende! Aprende! Ouve!

**Vozes do CH:** — Chiu!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Não me mandas calar! Aprende!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — A última coluna, a cor de laranja, é o que aconteceu agora, com o novo Governo. Portanto, de um ponto para o outro, sobe 15 vezes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ai mando, mando!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Não, não mandas! Ouve! Aprende!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Deste outro ponto para um outro, desce 33 %. Temos isto: temos todos os comboios, que foram comprados pelo PS, temos o investimento nas linhas de metro.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — É verdade! Foi o PS!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Todos os investimentos que estão, neste momento em curso, para o alargamento do serviço nas redes de transportes públicos, foram lançados pelo PS.

*Protestos do CH.*

Portanto, quer do lado tarifário quer do lado dos investimentos, quase tudo o que está feito, foi começado pelo PS.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — O Chega votou contra o Orçamento!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Portanto, não vale a pena vir sempre com a mesma intervenção.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — O Chega votou contra!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Os senhores fazem sempre a mesma intervenção, não querem saber dos factos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Deputado, por ter resistido a muito barulho,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ao Deputado José Carlos Barbosa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... não só de outras bancadas, mas inclusive da sua. Portanto, muito obrigado por isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavas lá em cima tão sossegado, vieste cá para baixo fazer o quê?!

*Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à próxima intervenção, que é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavas lá em cima e ninguém te ouvia!

*Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.*

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Estatuto do Antigo Combatente já prevê a gratuidade dos transportes para os combatentes e as respetivas viúvas, mas a forma como o sistema de transportes públicos está construído — liberalizado pela mão do PSD, do CDS e também do PS, com o apoio do Chega e da Iniciativa Liberal — e a falta de vontade governativa impedem o seu cumprimento.

Nenhuma das propostas em debate propõe resolver o problema de fundo, com o acesso gratuito aos transportes pelos antigos combatentes, mediante a apresentação do seu cartão. O impacto económico desta medida é evidentemente suportável, mas não se faz porque o setor dos transportes liberalizado não funciona assim, e o Governo não quer que funcione, para os antigos combatentes.

Mesmo que PSD, CDS e PS quisessem emendar a mão, os antigos combatentes e as populações, aliás, continuariam prejudicados com a baixíssima oferta, em resultado da destruição da rodoviária nacional e do encerramento de centenas de quilómetros de linha férrea.

Multiplicaram-se concessões e operações privadas, que custam mais de 1000 milhões de euros por ano e criaram entraves a uma verdadeira promoção do transporte público ao serviço das necessidades das populações.

O PSD e o CDS, agentes da liberalização dos transportes, «fazem o mal e a caramunha»: complexificaram o mecanismo e agora recomendam a simplificação do mecanismo.

E assim chegamos a este agendamento do PSD e do CDS, que recomenda ao Governo do PSD-CDS que faça o que o Governo PSD-CDS não quer fazer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quer, quer!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai quer, quer!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Isto é brincar com os antigos combatentes e tomar-nos a todos por tolos, Srs. Deputados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é, não! Eles sabem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Recordamos que o passe intermodal, que simplificou enormemente o sistema de bilhética e passes, só existe pela ação e pela luta do PCP, durante mais de 20 anos, pela criação do passe intermodal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eh pá! Meu Deus! Que grande invenção!

A Sr. **Paula Santos** (PCP): — Mas foi!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Um passe para todos os operadores, no seio de uma mesma região foi a iniciativa do PCP que revolucionou a mobilidade nas áreas metropolitanas e que urge alargar a todas as comunidades intermunicipais. Até isso PSD e CDS sempre rejeitaram. Eram os tempos em que o diabo, se se recordam, estava para vir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já cá está!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Os antigos combatentes precisam do que os autores das iniciativas em debate e o PS recusam: transportes gratuitos, respostas atempadas nas próteses e apoio médico, complemento vitalício de pensão, uma pensão mínima de dignidade.

São atos concretos que PSD, CDS, Iniciativa Liberal e PS não querem, traindo as expectativas que criaram aos antigos combatentes.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Mesa tem indicação de que o Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era para distribuir todas as iniciativas que o Chega já apresentou nesta Casa sobre os antigos combatentes,...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Estão no *site* da Assembleia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... que foram chumbadas pelo Partido Socialista e tiveram a abstenção do PCP. Portanto, em relação aos antigos combatentes, lições de moral, quer do PCP quer do PS, nós nunca levamos.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.*

Todas as propostas dos partidos, desde o início da democracia, estão no *site* da Assembleia da República.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — As iniciativas vêm do ar...!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, agora em português!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à próxima intervenção, que é do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helga Correia.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Querem dar dias de férias, mas votam contra as iniciativas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Barbosa, ninguém está a ouvir! Faz um vídeo, que assim há 10 pessoas que veem!

A Sr.<sup>a</sup> **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento os dirigentes da Liga dos Combatentes aqui presentes. Os antigos combatentes, que saúdo com uma palavra de enorme reconhecimento e gratidão, serviram Portugal em condições de exigência e perigo que marcaram para sempre as suas vidas. Muitos regressam com sequelas físicas e psicológicas que os acompanham até ao fim das suas vidas.

O Governo da AD definiu, no seu Programa do Governo, dignificar e respeitar os antigos combatentes e a sua memória, continuando a avaliar o aumento dos apoios que lhes são concedidos.

O Estatuto do Antigo Combatente, aprovado na Assembleia da República em 2020, veio sistematizar os direitos de natureza social e económica, reconhecendo aos antigos combatentes, nomeadamente: o cartão do antigo combatente e da viúva do antigo combatente; o complemento e suplemento especial de pensão; o reconhecimento da nação; e a gratuidade dos transportes públicos das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais. O Estatuto do Antigo Combatente veio estabelecer ainda os deveres dos antigos combatentes.

Mas, reconhecer direitos na lei implica também garantir que esses direitos chegam, efetivamente, a quem deles necessita, onde quer que resida.

Debater hoje, por iniciativa do PSD e do CDS, o alargamento do passe do antigo combatente a todo o território nacional é precisamente procurar garantir que o reconhecimento que lhes é devido não fique apenas inscrito na lei,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Helga Correia** (PSD): — ... mas que, efetivamente, se traduza em verdadeira mobilidade.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Helga Correia** (PSD): — Apresentamos esta iniciativa, com a convicção de que é preciso melhorar o Estatuto e porque acreditamos que o respeito pelos antigos combatentes não é um gesto ocasional, é uma responsabilidade permanente do Estado.

O passe consagrado na lei garante a gratuidade nos transportes públicos, mas circunscrita às grandes áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais. Esta limitação territorial é, à luz da realidade vivida por estes cidadãos, desajustada e injusta, tendo em consideração que muitos antigos combatentes residem fora destas grandes áreas e, mesmo os que vivem nestas áreas, mantêm laços familiares com as suas terras de origem, para onde, muitas vezes, se deslocam para consultas médicas de especialidade, para tratarem de diversos assuntos, ou mesmo para estarem ou participarem em momentos festivos e familiares.

A mobilidade não é uma comodidade, é condição de acesso a direitos fundamentais. Restringi-la geograficamente é transformar um direito formal reconhecido num direito materialmente inacessível. Por tudo isto, o PSD e o CDS recomendam ao Governo que proceda ao alargamento da gratuidade dos transportes públicos para os antigos combatentes a todo o território nacional.

Recomendam, ainda, que seja alterado o modelo financeiro para tornar os pagamentos do Estado às empresas de transporte mais eficientes. Propõem, igualmente, que o modelo de compensação às transportadoras evolua para uma maior correspondência entre o pagamento e serviço efetivamente prestado, e que se reduza o número de entidades intervenientes no processo, promovendo uma gestão mais eficiente do regime.

Não podemos debater esta matéria sem reconhecer o esforço significativo que o atual Governo tem desenvolvido na manutenção de direitos e valorização dos antigos combatentes, ao nível do apoio social e da rede hospitalar, com o reforço das parcerias com o Hospital das Forças Armadas, Centros de Apoio ao Stress Pós-Traumático e a isenção das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde para todos os detentores do cartão.

Em 2024, com o Governo da AD, foram aprovados os diplomas que estabelecem a comparticipação a 100 % nos medicamentos para os beneficiários do Estatuto do Antigo Combatente, de forma faseada, em 2024 e 2025.

*Aplausos do PSD e CDS-PP.*

A partir de 1 de janeiro de 2026, qualquer pensionista identificado como antigo combatente passou a ter acesso gratuito aos medicamentos prescritos e comparticipados pelo SNS. Por sua vez, os antigos combatentes que não são pensionistas, têm o direito a uma majoração de 90 % na comparticipação de medicamentos psicofármacos.

O Governo da AD e o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro, têm dado provas de um compromisso sério com as pessoas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a resolução apresentada vem na linha da dignificação e respeito para com os antigos combatentes, e em respeito à sua memória, e está em linha com a valorização das políticas públicas adotadas por este Governo, com vista à melhoria da vida das pessoas e das famílias.

Por isso, a melhor homenagem que podemos prestar a estes cidadãos, é a da ação concreta, para garantir que podem deslocar-se, aceder a cuidados de saúde, visitar a sua família e amigos, independentemente de onde residem em Portugal. É isso que esta iniciativa propõe, é isso que o Partido Social Democrata defende, e

é isso que se exige de um partido responsável e comprometido com o reconhecimento daqueles que serviram a Pátria.

Por tudo isto, seremos firmes, exigentes na equidade de reconhecimento e de direitos para os antigos combatentes.

Sr. Presidente, termino, como comecei, com uma mensagem aos antigos combatentes: o Grupo Parlamentar do PSD manifesta o seu reconhecimento pelo empenho e espírito de missão que os antigos combatentes colocaram nas funções que desempenharam ao serviço de Portugal, em condições, muitas vezes, duras e com sequelas e com consequências nas suas vidas.

O País tem também uma dívida de gratidão para com as famílias dos antigos combatentes que serviram Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre, pelo que dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Falar de antigos combatentes é falar de justiça com aqueles que, em circunstâncias particularmente difíceis, serviram o País e aceitaram riscos que muitos de nós nunca tivemos de enfrentar, e espero que nunca tenhamos.

O reconhecimento que lhes devemos não pode ficar apenas no plano simbólico, não pode ficar escrito numa lei e desaparecer quando as pessoas precisam de respostas.

Portugal deu um passo importante com a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente, mas continuam a existir falhas que o Governo não pode ignorar: atrasos na emissão do Cartão de Antigo Combatente; respostas administrativas tardias; dificuldades no acesso aos serviços; baixas pensões; obstáculos de mobilidade. Ora, quando isto acontece, o problema deixa de ser burocrático e passa a ser um problema de dignidade.

Nos últimos meses, foi noticiado que mais de duas centenas de deficientes das Forças Armadas estavam em lista de espera para equipamentos médicos essenciais, como próteses e ortóteses.

Estamos a falar de atrasos que não representam apenas números numa folha administrativa; são pessoas que perdem autonomia, que veem as suas limitações físicas agravarem-se e que enfrentam impactos psicológicos adicionais.

O Estado não pode falhar precisamente onde as pessoas são mais vulneráveis. Então, o que é preciso fazer? O Livre considera que deve existir uma maior articulação entre o Ministério da Defesa Nacional, o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, porque os direitos previstos na lei têm de existir na prática e não podem ficar perdidos entre serviços, procedimentos e competências diversas.

Acompanharemos, por isso, favoravelmente a maioria das iniciativas aqui apresentadas. Mas, se identificamos dificuldades de mobilidade e de acesso a serviços, então, devemos enfrentar o problema estruturalmente, porque mobilidade não é apenas transporte; é acesso a cuidados de saúde, é autonomia, é a participação na vida quotidiana.

Foi precisamente por isso que o Livre defendeu para todos o passe de mobilidade nacional, para garantir um sistema integrado, acessível e que funcione para todo o território, para ser utilizado por todos, mas que também pode ser, certamente, usado pelos antigos combatentes, sendo participado.

O que está verdadeiramente em causa aqui não é apenas um cartão, um apoio ou uma prestação social; o que está em causa é saber se o País honra, de forma concreta, com ações concretas, aqueles a quem tanto pediu no passado e a quem não pode continuar a pedir hoje.

É aí que se mede a gratidão de um país. Não é nas palavras;...

*Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.*

... é nas respostas concretas que se dão às pessoas.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é da Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, a quem dou a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os antigos combatentes e por lembrar que quando, em 2020, se aprovou, por um amplo consenso nesta Casa, o Estatuto do Antigo Combatente, fizemo-lo conscientes de que estávamos perante um ponto de partida e não um ponto de chegada e fizemo-lo também partindo de propostas — justiça seja feita — do PAN, do PS, do PSD, do Bloco, do PCP e do CDS.

Foi este o ponto de partida para o Estatuto que hoje estamos aqui a debater e para as inúmeras propostas que, ao longo destes anos, têm vindo a ser apresentadas, quer em sede de Orçamento do Estado quer também, agora de forma mais avulsa, no processo legislativo.

E há muitas dimensões que têm de ser trabalhadas.

Nós acompanharemos as propostas relativamente à questão da mobilidade e do passe, que só pecam — e lamentamos — por serem tardias. Mas é evidente que nunca é tarde para se juntar a esta várias propostas — não só do PAN, mas de outras forças políticas — para que no Orçamento do Estado não só a mobilidade possa ser gratuita, mas também possamos aprovar propostas na dimensão da saúde e até mesmo do apoio à família, em particular às viúvas dos antigos combatentes, que são também, muitas vezes, esquecidas no âmbito deste debate. Não podemos ter pessoas que foram estruturalmente remetidas para situações de vulnerabilidade ou pobreza.

Está na altura de darmos passos mais firmes. Este é mais um desses passos e o PAN acompanhará. Mas no Orçamento do Estado é expectável que façamos mais e melhor pelos mesmos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Temos, ainda, mais uma intervenção, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Debateremos, hoje, aqui, quatro iniciativas legislativas, dois projetos de resolução e dois projetos de lei.

Um dos projetos de lei, o do Bloco de Esquerda, mais não é do que uma agenda ideológica que foi mostrada, e estou certo de que não é para ser levado com credibilidade.

O PSD e o CDS apresentam um projeto de resolução que poderá ir no bom sentido, mas tenham coragem: avancem com uma lei, avancem com projetos de lei...

*Aplausos do CH.*

... ou, então, acompanhem o Chega no seu projeto de lei — vai no mesmo sentido. É um desafio que vos lanço.

Quanto ao PS, nada! Boas intenções. E é amanhã que vamos ver de que lado estão, se do lado dos antigos combatentes, se sempre nas encolhas.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Embora o Sr. Deputado não tenha tempo para responder,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... a Mesa regista um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Frederico Francisco, do PS, que dispõe de 13 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Nuno Simões Melo quis gastar os seus segundos com uma intervenção.

*Protestos do CH.*

Quer dizer, não percebo o tom da sua intervenção, depois de nós termos dito que vamos apoiar, inclusive, a vossa proposta.

*Aplausos do PS.*

Honestamente, não compreendo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sendo uma pergunta retórica também não precisa de resposta — aliás, também não há tempo para isso.

Agora, sim, para a fase de encerramento, dou a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, registar que, da generalidade dos grupos parlamentares, houve aqui um reconhecimento unânime pela importância de prestar este reconhecimento aos antigos combatentes.

Lamento que alguns grupos parlamentares tenham preferido ocupar o tempo a discutir questões sobre a liberalização dos transportes, ou sobre o investimento na ferrovia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós temos tão pouco tempo para falar dos antigos combatentes, para poder prestar-lhes homenagem, para poder valorizar o seu serviço, que acho, de facto, que é um desperdício usar esse tempo com politiquice,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem dito!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... ainda mais quando essa politiquice é também passar o debate a querer reivindicar o que uns fizeram e os outros não, quando em relação ao Estatuto do Antigo Combatente nem sequer é verdade.

O Estatuto do Antigo Combatente resultou de um trabalho e de um empenho — como foi dito ainda há pouco, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real — de vários grupos parlamentares, da generalidade daqueles que tinham assento no Parlamento, naquele momento.

Portanto, tentar partidizar o reconhecimento aos antigos combatentes é uma falta de respeito enorme por esses antigos combatentes e é lamentável que venha, designadamente, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os soviéticos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Partido Comunista Português não é dono de nenhum militar, nem é dono de nenhum antigo combatente. Nem o Partido Comunista, nem nenhum outro partido. A questão é que o único que o reclama é o Partido Comunista Português, de uma forma lamentável...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito soviético!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e fazendo uma instrumentalização totalmente desnecessária.

O que é importante, e o que está aqui em causa, é a questão do reconhecimento nos transportes, para que os antigos combatentes possam andar em todo o País.

É verdade — o Sr. Deputado Frederico Francisco disse-o, e é verdade — que, infelizmente, isto não pode ser generalizado a todos, porque nem todos têm acesso ao mesmo tipo de transportes, com a mesma qualidade, com a mesma frequência, com a mesma diversidade — desejável era que assim fosse.

Sobre a questão de ser projeto de resolução, isso tem a ver com a questão técnica de resolução dos problemas, quer do financiamento quer da simplificação.

Portanto, o Governo vai fazer esta participação; a questão é podermos também tomar as outras medidas complementares.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, encerrámos este ponto e vamos passar ao seguinte — ponto quatro — que consiste na discussão conjunta dos Projetos de lei n.ºs 528/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Regula a contenção e treino de animais de companhia, vedando a comercialização e utilização de «coleiras de choque» e de «coleiras estranguladoras», procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, 581/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento permanente em varandas e espaços afins, e prevê a implementação do Plano Nacional de Desacorrentamento, 612/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Estabelece o regime jurídico de proteção do bem-estar dos animais de companhia em matéria de alojamento, contenção e treino, proibindo o acorrentamento permanente e a manutenção em condições inadequadas, vedando a comercialização e utilização de dispositivos lesivos do bem-estar animal, criando o Plano Nacional pelo Bem-Estar dos Animais de Companhia, e procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e dos Projetos de Resolução n.ºs 764/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães, 914/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que regulamente a utilização de equipamentos de treino canino com potencial impacto no bem-estar animal, assegure a adequada qualificação dos utilizadores e estabeleça a obrigatoriedade de prescrição e supervisão médico-veterinária na sua utilização e 928/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia.

Peço, então, às bancadas que se reorganizem, dando assim condições para iniciarmos este ponto.

*Pausa.*

Tem, então, a palavra para apresentar as iniciativas do PAN, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nos últimos dias, o País foi assolado com polémicas não existentes em Portugal sobre os *therians*, mas, no entanto, temos um fenómeno que não chama a mesma atenção. Refiro-me ao fenómeno silencioso, que tantas vezes aqui mencionamos e trabalhamos, como é o caso dos animais acorrentados, referindo até que há mais de metade dos lares em Portugal que tem animais de companhia. Mas esquecemo-nos de que nem sempre isso é sinónimo de que os mesmos são tratados com dignidade ou sem sofrimento.

Há animais — demasiados animais — que cumprem uma pena de prisão silenciosa por um crime que não cometeram, acorrentados permanentemente, confinados em varandas, ou até mesmo em locais imundos, conspurcados e sem quaisquer condições que assegurem o seu bem-estar, segurança, saúde ou integridade física.

Por isso, o PAN traz hoje a debate duas propostas com dimensões distintas: por um lado, o fim do acorrentamento permanente, um passo que a Europa já deu — que Portugal não fique hoje na cauda da Europa e avance também —; e, por outro lado, a limitação de forma permanente em alojamentos como varandas, ou até mesmo a proibição de coleiras de choque, estranguladoras e de picos, sem prejuízo de termos de olhar para a realidade distinta de cada contexto do treino animal.

Propomos estas alterações a par de um plano nacional de desacorrentamento animal e o que está aqui em causa não são meros detalhes da detenção; falamos, sim, de sofrimento animal.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: o verdadeiro peso não é apenas o do ferro de uma corrente; é o da privação, do isolamento, da dor, da impossibilidade de os animais correrem, manifestarem o seu comportamento natural, explorarem, abrigarem-se ou, simplesmente, existirem com dignidade.

Falamos de cães que passam de 18 a 19 anos permanentemente acorrentados, com correntes de 1 metro; falamos, até, de gatos que morrem enforcados, porque não tinham como expressar o seu comportamento natural sem ser tentar explorar o contexto em que viviam; falamos de casos como o da tempestade *Kristin* ou o do incêndio em Santo Tirso, em que os médicos veterinários dizem que o que encontram no local são animais que morreram, porque não tiveram qualquer hipótese para a fuga. Falamos de uma realidade que não podemos continuar a ignorar.

E se a ciência, a ética e os médicos veterinários nos convocam para um Portugal livre de correntes, está na altura de darmos esse passo, finalmente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Embora a Sr.<sup>a</sup> Deputada não tenha tempo — ou ainda não tenha tempo — para responder, vai ter um pedido de esclarecimento, que será feito pelo Grupo Parlamentar do PSD. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Firmino Ferreira.

O Sr. **Firmino Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por saudar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real pela apresentação do Projeto de Lei n.º 528/XVII/1.<sup>a</sup>, porque traz, uma vez mais, para cima da mesa a temática do bem-estar animal, área em que o Governo tem apostado como nunca outro.

No entanto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada, na fundamentação da sua proposta, remete-nos para vários estudos algo contraditórios. Um refere que o treino de cães, através do reforço positivo, é mais eficaz que o recurso às coleiras elétricas; outro diz que o treino por via das coleiras elétricas não obteve como resultado uma resposta substancialmente superior, dando a entender que, apesar de tudo, é mais eficaz.

A pergunta que aqui deixo é, afinal, em que é que ficamos? Como se não bastasse, também não teve em consideração a opinião de estruturas tão importantes na matéria como a Ordem dos Médicos Veterinários e a Associação Nacional de Médicos Veterinários dos Municípios, que referem que muitas das coleiras de ensino, erradamente denominadas coleiras de choque, possuem sistemas de vibração e avisos sonoros cuja função é transmitir ao cão a percepção de que está a ter um comportamento indesejado daquele que se pretende.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Firmino Ferreira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vê algo de assim tão errado nesta prática e considera-a tão lesiva para o bem-estar animal?

Dizem também que a proibição das cercas invisíveis e de coleiras aplicadas, como advoga, pode trazer um aumento do número de animais errantes. Pergunto-lhe se a aprovação do projeto de lei poderia, contrariamente ao que é proclamado no título da iniciativa, levar a situações que não protegem nem acautelam o bem-estar animal.

É por todas estas incongruências que votaremos contra.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Com um ligeiro contributo do Grupo Parlamentar do PSD, o tempo de que dispõe a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real passou a positivo e, entre os 2 segundos e a tolerância, tem tempo para responder ao Sr. Deputado, pelo que lhe dou a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço o tempo dispensado.

Sr. Deputado, não é por essas incoerências, é por falta de vontade política, porque as incoerências que apontam podem e devem ser corrigidas na especialidade.

Mais, recordo que quer a Ordem dos Médicos Veterinários quer a ANVETEM (Associação Nacional de Médicos Veterinários dos Municípios), sendo que esta tem alguém a presidir que vende, não só armadilhas...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Portugal tem hoje cerca de 70 % de famílias a viver com animais de companhia. É uma realidade que mudou muito nas últimas décadas e o direito mudou com ela.

Os animais têm hoje estatuto jurídico próprio, no Código Civil, e proteção penal específica. Mas há uma área em que a lei ficou para trás: as condições concretas de alojamento e de contenção. O diploma que regula estas matérias tem 25 anos e usa conceitos como «espaço adequado» e «exercício adequado» o que, na prática, ninguém consegue fiscalizar, não por falta de vontade, mas por falta de critérios objetivos.

É isso que esta proposta resolve: define com precisão o que é proibido e porquê; proíbe o acorrentamento permanente; proíbe as coleiras que causem dor e lesões com uma fórmula que fecha o mercado a esses produtos; e cria um plano nacional que apoia as famílias sem recursos para cumprir a lei de outra forma, porque uma boa lei acompanha e apoia a resolução dos problemas.

Este projeto faz o que devia ter sido feito há anos: traduz para a lei nacional o que a ciência...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A ciência?!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... demonstra e o que muitos países europeus já legislaram.

Esperamos que, na próxima sexta-feira, a Assembleia da República acompanhe os bons exemplos que se praticam em vários países europeus.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação das iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Martins** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sou da geração em que se dizia, e com toda a razão, que os cães são os melhores amigos do homem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Martins** (CH): — Quem cresceu com animais, como eu, sabe bem que esta não é uma frase feita, é uma verdade profundamente humana. Os cães são seres sencientes, capazes de sentir dor, medo, stresse e também afeto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Martins** (CH): — Esta realidade é hoje conhecida pela comunidade científica internacional e está refletida na Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal e nas diretrizes da World Small Animal Veterinary Association.

Portugal é o segundo país da União Europeia com mais cães por habitante, com 27 cães por cada 100 habitantes e mais de 4 milhões de animais de companhia registados.

Podíamos olhar para esses números com sentido de orgulho, mas, infelizmente, eles escondem uma realidade preocupante. Em Portugal ainda existem muitos animais mantidos permanentemente acorrentados, isolados, sem liberdade de movimentos, sem estímulo e, muitas vezes, sem as condições mínimas de bem-estar. A evidência científica demonstra que o isolamento e a restrição prolongada provocam stresse crónico, frustração, agressividade e graves alterações comportamentais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Martins** (CH): — O Chega defende, sem ambiguidades, que os animais devem ser tratados com respeito, dignidade e responsabilidade.

Srs. Deputados, a forma como a sociedade trata os seus animais diz muito sobre o seu grau de civilização. Por isso, o Chega propõe, nesta Câmara, a realização anual de uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães. Propomos uma abordagem pedagógica, construtiva e eficaz. Queremos informar, sensibilizar e promover uma verdadeira mudança de mentalidades sem radicalismos, porque educar é muito mais eficaz do que simplesmente proibir. Queremos sensibilizar a população para práticas mais responsáveis e compatíveis com o bem-estar animal.

O Chega também traz hoje uma segunda iniciativa, que aborda a utilização de equipamentos de treino canino com potencial impacto no bem-estar animal. Outra lacuna regulamentar que permite a utilização indiscriminada desses dispositivos, os quais provocam dor, medo e stresse. Também aqui rejeitamos os extremismos. A ciência indica que o treino de rotina deve privilegiar o reforço positivo, mas reconhece igualmente que, em casos excecionais, determinados métodos apenas podem ser considerados quando outras abordagens falharam e existe justificação clínica ou comportamental.

O que Chega propõe é competência, qualificação e supervisão médico-veterinária. Defendemos a responsabilidade, a qualificação e o rigor técnico. Quando estes equipamentos forem utilizados, tal deve ocorrer apenas em situações justificadas por pessoas devidamente qualificadas e sempre sob prescrição e supervisão médico-veterinária. Nem permissão total, nem proibição cega. O Chega acredita numa política séria de proteção animal, baseada na ciência, no equilíbrio e respeito pela natureza e no bom senso.

Srs. Deputados, os animais apenas pedem cuidado, respeito e proteção, e a forma como respondemos a esse pedido silencioso define o tipo de sociedade que escolhemos ser.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento, que será feito pelo Grupo Parlamentar do PSD. Até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Oliveira.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Martins, talvez fosse importante começar por ouvir quem realmente percebe do tema.

Digo isto porque a própria Ordem dos Médicos Veterinários reconhece que os métodos de reforço positivo devem ser preferenciais. Há situações concretas de urgência e risco em que um estímulo aversivo pode ser a única forma imediata de evitar um acidente, um ataque a pessoas ou a outros animais ou até um confinamento prolongado do próprio cão. A própria Ordem dos Médicos Veterinários dá o exemplo de um cão de guarda que tenta fugir quando um portão automático abre.

Portanto, a pergunta é simples, Sr.<sup>a</sup> Deputada: o Chega quer mesmo legislar sobre treino canino, ignorando o parecer técnico dos veterinários e fingindo que todos os casos se resolvem com um biscoito e uma festinha?

*Risos de Deputados da IL.*

Mais, o vosso ponto sobre prescrição e supervisão médico-veterinária obrigatória não tem sustentação prática nem científica. Não existem veterinários para assegurar presença em todos os casos nem evidência científica que justifique transformar um treinador de cães num ato médico.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada acha mesmo razoável fazer propostas como se houvesse médicos veterinários disponíveis para avaliar o comportamento dos cães quando vão treinar, como se fosse preciso uma junta médica para o cão poder ir treinar?

Ficamos, sinceramente, sem perceber, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se o conceito de bem-estar animal do Chega está alinhado com a realidade ou se já entrou numa competição com o PAN para ver quem consegue produzir a proposta mais desligada da realidade.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Verdade!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Ou será que já abriu a recruta para mais uma eleita do PAN ingressar nas fileiras do Chega?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Risos de Deputados do PSD e da IL.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, está visto que entre treinar cães e treinar *soundbites*, os senhores são muito melhores a fazer a segunda coisa.

*Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, e assim que tiver condições para esse efeito, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Martins** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Oliveira, as propostas que o Chega aqui trouxe são baseadas em conceitos científicos,...

**Vozes do CH:** — Muito bem!

*Protestos do PSD e da IL.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Para dizer disparates!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Martins** (CH): — ... ao contrário do PSD que não trouxe aqui nenhuma proposta.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real pede a palavra para que efeito?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Olha agora!...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, tendo em conta esta última intervenção do Sr. Deputado Ricardo Oliveira, é para solicitar a junção do estudo científico recentemente publicado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz e do Centro de Ciência Animal Veterinária, que recolheu a perceção de 331 médicos veterinários em Portugal sobre a prática de manter cães permanentemente acorrentados, com conclusões claras a respeito desta matéria. É disto que estamos a falar e não da defesa dos treinadores. O Sr. Deputado deve-se ter equivocado.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de fazer chegar à Mesa o estudo, que será partilhado com as restantes bancadas.

O Sr. Deputado Ricardo Oliveira pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, é também para pedir os seus bons ofícios na distribuição do parecer da Ordem dos Médicos Veterinários sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O parecer já está anexo às propostas.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — A Ordem dos Médicos Veterinários é ainda, parece-nos, neste País, quem representa os médicos veterinários portugueses.

*Protestos do PAN.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O parecer já é conhecido de todos, pelo que não é preciso a respetiva distribuição.

Para a apresentação da iniciativa do Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Para o Livre, é fundamental falar sobre o bem-estar dos animais e temos de o fazer com responsabilidade, porque a forma como vemos os animais e garantimos o seu bem-estar diz muito sobre a sociedade que escolhemos construir e sobre os valores que queremos ver nela refletidos.

Isto é particularmente evidente quando falamos de animais errantes que se encontram, muitas vezes, em situação de grande vulnerabilidade, seja por abandono ou por falta de controlo populacional. E não podemos olhar para esta realidade sem reconhecer que, muitas vezes, a situação de abandono ou vulnerabilidade destes animais acompanha também as situações de fragilidade social e económica vividas pelos seus detentores.

Apesar dos avanços meritórios alcançados nos últimos anos, designadamente com os programas de captura, esterilização e devolução ao local de origem, como forma de gestão da população de gatos errantes, continuam a existir falhas na resposta pública ao bem-estar animal e à gestão das populações errantes.

O Livre entende que é necessário corrigir a exclusão dos cães errantes destes programas, indo ao encontro da experiência e dos pedidos das associações de defesa do bem-estar animal, reforçar as políticas de esterilização e garantir apoios mais estáveis, previsíveis e acessíveis às associações e entidades que trabalham diariamente no terreno.

Embora os sucessivos Orçamentos do Estado tenham inscrito recursos específicos para a criação e implementação do plano nacional de desacorrentamento de animais de companhia, a verdade é que, até ao momento, ainda não foram dados passos no sentido da sua execução.

Por fim, mas não menos importante, temos de garantir a recolha e a atualização dos dados sobre esta realidade de forma a permitir que as políticas públicas possam responder de forma mais eficaz às necessidades do bem-estar animal e da saúde pública.

É por tudo isto que o Livre apresenta uma iniciativa que vai precisamente no sentido de recomendar ao Governo: que se estendam os programas de captura, esterilização e devolução aos locais à população canina errante; que estude a viabilidade de tornar obrigatória a esterilização de todos os cães e gatos, com exceção daqueles que se encontrem formalmente destinados à reprodução e sejam de criadores devidamente licenciados; que garanta a abertura do aviso anual da campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, até ao fim de junho de 2026 e com a duração mínima de três meses; que garanta o reforço da equipa da DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária) para o apoio à elaboração, submissão e avaliação de candidaturas à campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, de forma a dar uma resposta atempada e célere às candidaturas; que implemente o plano nacional de desacorrentamento de animais de companhia; que aprove e implemente a estratégia nacional para os animais errantes; que atualize os diferentes planos de emergência de proteção civil, tendo em conta os resultados do primeiro Censo Nacional de Animais Errantes, de 2023; e, por fim, que dote a DGAV de meios para que, em parceria com as

instituições públicas de ensino superior, inicie os trabalhos de realização do segundo Censo Nacional de Animais Errantes.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado ficou ainda com tempo para poder responder ao pedido de esclarecimento que lhe vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia dos Reis, que dispõe de 1 minuto e 53 segundos.

A Sr.ª **Sónia dos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Muacho, há vários anos que existe em Portugal um problema relacionado com os animais errantes, o qual que resulta de vários factos que têm sido reiteradamente discutidos não apenas aqui, no Parlamento, mas noutros fóruns.

Contudo, recordo que foi este Governo o primeiro a alocar verbas para o bem-estar animal no Orçamento do Estado, sendo que este ano a verba já foi reforçada.

Devo recordar igualmente que o Governo tem a responsabilidade de gerir de forma eficiente, eficaz e transparente os fundos que são de todos nós. Por isso, apenas pode atribuir verbas, nesta e noutras áreas, a quem cumpre. Neste caso, os apoios financeiros são destinados aos centros de recolha oficial e associações zoófilas, havendo também verbas para a esterilização e promoção do bem-estar de animais de companhia.

Estes programas refletem uma abordagem integrada que reforça a promoção do bem-estar animal como prioridade nacional, garantindo condições dignas, cuidados adequados e incentivando práticas responsáveis na detenção de animais de companhia.

Sr. Deputado, nós vivemos em democracia e este é um princípio basilar das nossas ações. Viver em democracia tem muitos significados, nomeadamente ter liberdade de escolha.

Por isso pergunto: não considera que a iniciativa do Livre extingue este princípio basilar da nossa vida em sociedade, ao tornar obrigatória a esterilização de animais de companhia? Não irá esta proposta retirar precisamente a liberdade de decidir?

Finalmente, pergunto se o Livre fez contas ao impacto financeiro de todas estas medidas enunciadas no projeto que nos traz.

Porquanto gerir implica fazer contas, implica fazer escolhas e priorizar o mais urgente, tendo em conta tudo o que este Governo já fez em termos do bem-estar animal, considera o Sr. Deputado que estas medidas são as prioritárias, em detrimento de outras que venham a apresentar no futuro? Ou será que tudo para o Livre é prioritário?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de 56 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, muito obrigado pelas questões que me coloca.

Sr.ª Deputada, inscrever algo em sede do Orçamento do Estado é muito diferente de executá-lo. Se calhar, o Grupo Parlamentar do PSD é que tem de sair um bocadinho da política dos anúncios, dos *PowerPoint* e dos *Excel* e ir para a realidade.

*Protestos do PSD.*

Não basta a Sr.ª Deputada dizer que o PSD coloca as coisas no Orçamento do Estado se depois, efetivamente, não as implementar. Eu até dei exemplos de coisas que não saíram ainda do papel.

Relativamente à questão que me coloca, Sr.ª Deputada, entendemos que precisamos de olhar para as formas como é feito o controlo da população dos animais errantes e, eventualmente, equacionar a matéria da esterilização. Naturalmente, pode haver outras soluções que sejam eficazes. Agora, quando nós olhamos — e é isso que propomos — para o que foi feito relativamente às populações de gatos, entendemos que também se podem implementar esses programas que funcionam, que estão na prática e que podem também funcionar relativamente às populações caninas de animais errantes, como eu disse.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos agora entrar na fase das intervenções dos grupos parlamentares dos partidos presentes no Parlamento.

A primeira intervenção é do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há uma verdade que não podemos desmentir: a forma como tratamos os animais diz muito sobre a sociedade que somos e sobre os valores que defendemos.

As diferentes iniciativas procuram, de alguma forma, responder a uma realidade que ainda existe em demasiados locais do nosso País: animais permanentemente acorrentados, fechados em espaços indignos ou sujeitos a métodos de treino violentos e ultrapassados.

Entendo que o bem-estar animal não pode continuar a depender de conceitos vagos ou da ausência de fiscalização. É preciso regras claras, equilíbrio e, acima de tudo, humanidade.

Mas também é importante reconhecer que muitas famílias, sobretudo em zonas rurais e economicamente mais frágeis, precisam de apoio para cumprir as suas exigências. É por isso que valorizamos as diferentes propostas que incluem medidas de apoio social, sensibilização e adaptação gradual a essas mesmas medidas. Por isso, não basta proibir, é preciso educar, ajudar a criar condições para mudar comportamentos.

Para terminar, é importante referir que o respeito pelos animais é também respeito pela dignidade coletiva da nossa comunidade.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Júlia Rodrigues.

A Sr.<sup>a</sup> **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Debateremos hoje seis iniciativas sobre bem-estar animal, matéria que nos une a todos, porque ninguém nesta Câmara defende o sofrimento dos animais.

O Partido Socialista salienta esta discussão com a responsabilidade de quem tem um percurso consolidado nesta área e a determinação de construir soluções eficazes, equilibradas e exequíveis.

O PS não precisa de lições sobre sensibilidade animal. Fomos nós que, no Governo, aprovámos a lei de 2016 que pôs fim ao abate de animais errantes nos canis municipais, substituindo-o por políticas de esterilização e adoção.

Fomos nós que criámos a rede de 144 centros recolha oficial — 123 municipais e 31 intermunicipais —, que investimos na modernização dos serviços veterinários municipais e apostámos na qualificação dos centros.

Desenvolvemos políticas concretas para conciliar o bem-estar animal com a saúde pública e a liberdade de quem não opta por ter animais de companhia.

As chamadas «coleiras de choque» são dispositivos que têm vindo a ser restringidos em vários países europeus. O próprio Parlamento Europeu aprovou, em junho de 2025, legislação que proíbe o acorrentamento e o uso de coleiras de garras e estrangulamento sem pontos de paragem. A evidência científica é clara: a indução sistemática de estímulos dolorosos é contraproducente, sendo as técnicas de reforço positivo, como já se falou aqui, muito mais eficazes no treino canino.

O PS defende, por isso, a restrição da comercialização e utilização destes dispositivos, particularmente face à sua proliferação no mercado *online*. Fazemo-lo com as devidas exceções técnicas, ouvidas as entidades competentes — a Ordem dos Médicos Veterinários, a DGAV, as associações zoófilas —, garantindo a supervisão veterinária qualificada e em que a segurança pública não fique comprometida.

Ver animais acorrentados uma vida inteira, expostos ao frio, ao calor e à chuva, é uma realidade que nos envergonha a todos. A Ordem dos Médicos Veterinários já alertou para os danos físicos e emocionais desta prática, mas a proteção animal não se faz com proclamações que depois falham no terreno.

O Partido Socialista defende um plano nacional de desacorrentamento, mas com três condições essenciais. A primeira, que seja implementado com recursos reais; não basta recomendar ao Governo, é preciso dotar as autarquias dos meios necessários. A segunda, que inclua apoios a famílias carenciadas,

porque há cidadãos em situação de vulnerabilidade social que não têm outras condições, e a defesa dos animais não pode ser uma causa que esquece quem vive com dificuldades. A terceira, que seja acompanhada de uma estratégia de educação e sensibilização, promovendo uma mudança cultural efetiva e não apenas legislativa e simbólica.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Partido Socialista recusa os extremismos. Recusamos as proibições absolutas que ignoram a complexidade social do nosso País e a realidade do nosso mundo rural. Mas recusamos também a inércia de quem se limita a recomendar sensibilizações sem identificar práticas claramente lesivas.

O Partido Socialista está disponível para construir uma solução de consenso, uma solução que proteja os animais, que respeite as pessoas, mas que seja exequível. Estaremos, como sempre, na primeira linha para aperfeiçoar estas matérias em sede de especialidade.

Mas fá-lo-emos longe de dogmas e de agendas radicalizadas. Mais que proibir cegamente, precisamos de capacitar. Precisamos de reforçar o papel dos médicos veterinários oficiais municipais, de apoiar as associações protetoras de animais e dotar as famílias de condições para albergar os seus animais com dignidade.

Precisamos de uma aposta séria no controlo da população de animais errantes, através do reforço dos programas de esterilização e de apoio dos centros de recolha oficial.

O bem-estar animal exige legislação rigorosa, calendarizada e consensual, que integre a sociedade em vez de a fraturar.

Este é o compromisso do Partido Socialista: a defesa dos animais com bom senso, formação dos tutores, equilíbrio e responsabilidade reformista.

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. O primeiro será formulado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Lina Pinheiro, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Lina Pinheiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Júlia Rodrigues, há cães em Portugal que nascem, crescem e morrem presos a uma corrente. Nunca correram livres, nunca entraram dentro de casa, nunca sentiram o que é fazer parte de uma família. Vivem esquecidos num canto, à chuva no inverno, ao sol no verão, muitas vezes sem água, sem abrigo e sem o mínimo de dignidade. E isto acontece todos os dias. Tal como continua a acontecer o uso de coleiras de choque, que queimam, assustam e maltratam animais, apenas porque o Estado continua a olhar para o lado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Lina Pinheiro** (CH): — Por isso, pergunto ao PS: o que falta mais acontecer para perceberem que isto é sofrimento puro? Vão continuar a bloquear medidas por virem do Chega ou vão finalmente votar de acordo com a consciência?

Hoje ninguém pode dizer que não sabe o que estes animais passam. O Chega trouxe este tema porque há demasiada gente cansada de ver maus-tratos como algo normal. Um cão não é um pedaço de ferro preso no quintal. Não é um alarme. Não é lixo abandonado atrás de uma casa. É um ser vivo. E quem continua a ignorar isto está a falhar moralmente.

O PS limitou-se, mais uma vez, à crítica vazia, sem apresentar uma única solução para a proteção animal. Se não têm coragem para agir, tenham pelo menos a responsabilidade de apoiar quem trabalha, aprovando a proposta de Chega,...

*Protestos do Deputado do PS Armando Mourisco.*

... pelo respeito, pela dignidade e porque um país decente não vira as costas ao sofrimento dos mais indefesos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Oliveira.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, rapidamente, só para questionar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Júlia Rodrigues relativamente àquilo que acabou de dizer.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou de inércia, mas inércia foi aquilo que o Partido Socialista nos deu durante 8 anos de Governo, em que pôs agricultores contra os animais e animais contra os agricultores!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Como?!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Desçam à terra, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Seja bem-vinda ao debate. Ainda bem que deixa o radicalismo de lado e...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Júlia Rodrigues.

A Sr.<sup>a</sup> **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, começo por responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Lina Pinheiro, agradecendo a pergunta que me foi feita.

Lamento profundamente que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não tenha estado atenta à governação do Partido Socialista, nomeadamente ao que foi legislado em matéria de bem-estar animal e ao que foi feito em matéria de bem-estar animal.

Sabe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando nós não sabemos daquilo que estamos a falar, é sempre difícil fazer afirmações que condenam os outros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Paternalista? Isso fica-lhe tão mal!...

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — A retórica é sempre a mesma! É dizer mal, dizer mal, dizer mal!

A Sr.<sup>a</sup> **Júlia Rodrigues** (PS): — Em relação ao Sr. Deputado Ricardo Oliveira, queria dizer que, efetivamente, a seriedade é a nossa forma...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se os Deputados do PS soubessem do que estão a falar, estavam sempre calados!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

*Continuação de protestos do CH e contraprotestos do PS.*

Srs. Deputados, calma!

Sr. Deputado Alfredo Maia, faça favor.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É útil centrar a discussão na importância da adoção de medidas de prevenção dos maus-tratos e de abandono dos animais de companhia, sobretudo nos meios que o Estado tem à sua disposição — nomeadamente na DGAV e até no ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) — para levar a cabo campanhas de sensibilização e de fiscalização.

Nos debates sobre o bem-estar animal, temos sublinhado que o caminho não pode ser o da criação de novos tipos de crime e de sanções, muitas delas desproporcionadas e desligadas das condições materiais de muitas famílias que, apesar dos baixos rendimentos, têm igualmente o direito a manter animais de companhia.

As medidas punitivas, como algumas das que irão ser votadas, devem constituir uma intervenção de último recurso, quando não existam mecanismos de prevenção, controlo e fiscalização dos comportamentos que se pretende evitar.

Este debate não deve passar ao lado das circunstâncias em que os donos dos animais possam estar a recorrer a métodos inadequados por desconhecimento das possíveis consequências ou por incapacidade de proporcionar melhores condições.

O recurso a medidas punitivas e desproporcionadas é um caminho fácil e demagógico, mas injusto e ineficaz.

Merece ainda a nossa preocupação a possibilidade de, como comprovadamente já aconteceu, a pretexto da proteção dos animais, tais meios legais serem utilizados para fins contrários aos objetivos para que foram estatuídos, designadamente no âmbito de conflitos de vizinhança ou outros que nada tenham a ver com o bem-estar animal.

O convite à delação que está subjacente em algumas propostas não pode ser acompanhado pelo PCP.

Reafirmamos que o enfoque deve ser colocado na prevenção e não numa resposta punitiva. Reafirmamos que a transposição da legislação da União Europeia ou de países da União Europeia, em muitas circunstâncias, não tem correspondência com a realidade nacional.

Para o PCP, devem ser privilegiadas medidas e ações, no plano educativo, de promoção das preocupações com o bem-estar, do respeito e da convivência harmoniosa entre os seres humanos e os restantes animais e a natureza. E deve ser feito um investimento em meios administrativos, sanitários e inspetivos que torne o Estado promotor do bem-estar animal e não um mero repressor da violência exercida sobre os animais de companhia.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há hoje em dia uma espécie de inibição generalizada, em que não se possa ser contra propostas que supostamente são tributárias do bem-estar animal. No entanto, devo dizer que estas propostas do PAN não merecem nenhuma dessas considerações. São mesmo um disparate. São um disparate de início ao fim, não têm pés nem cabeça!

*Protestos do PAN.*

Não é por defenderem o bem-estar animal, porque defender o bem-estar animal não é aquilo que o PAN aqui vem fazer.

Em primeiro lugar, um dos projetos que apresenta contraria em absoluto a Ordem dos Médicos Veterinários. No dia em que alguém disser que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real sabe mais sobre o que é proteger animais do que a Ordem dos Médicos Veterinários, eu estarei certamente do outro lado. Não é por desconsideração à Sr.<sup>a</sup> Deputada; é mesmo por consideração por quem estudou e por quem tem, de facto, o reconhecimento para representar uma ordem profissional.

Mas vamos lá ao que defende o PAN.

O PAN defende, por exemplo, que os cães só possam estar acorrentados no máximo — é medida de exceção — durante três horas, no caso de serem violentos. Eu pergunto: ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, e nas outras 21 horas, eles deixam de ser violentos, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada não deixa?

*Protestos do PAN.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Guardem as crianças!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas como é que é? Onde é que está a ciência de permitir três horas e não permitir mais tempo? Ou são tão violentos que não podem estar soltos, ou faz-lhes tão mal estar presos que não podem estar presos! Agora, três horas é que não faz sentido nenhum. Isto são as parvoíces dos Srs. Deputados e é o costume.

Depois, diz que dá às câmaras o poder de fiscalizar se os animais estão ou não a ser bem tratados. Isto faz-se como? Vai uma equipa de assistentes sociais a casa ver se o cão está bem tratado ou maltratado?

*Risos de Deputados do PSD e da IL.*

Como é que é? Vão ver se a varanda é ventilada ou não é ventilada? Se tem os metros quadrados suficientes ou não tem os metros quadrados suficientes? Se o cão tem sítio para fazer xixi ou não tem? Como é que é? E isto são assistentes sociais?

Depois, diz que as casas têm de ter condições e que não podem estar em anexos nem em espaços confinados. Às tantas, olhe, eu estava a ler o projeto e já não sabia se quem não podia estar num anexo era o cão ou era o dono.

*Risos do PSD e da IL.*

Vou ser sincero. Às tantas, eu estava a ler o seu projeto e pensei assim: o cão não pode estar no anexo, mas será que a pessoa pode?

*Risos do PSD e da IL.*

Então e se a pessoa tiver um problema? Só tem mesmo o anexo. Se for dormir para o anexo e deixar o cão na casa, já pode?

*Risos do PSD e da IL.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que é tão estúpido quanto isto! É tão estúpido o projeto quanto isto, e as exigências!

Depois, diz que, caso não seja possível, devem ser equacionadas medidas de realojamento. Realojamento de quem?

*Risos do PSD, da IL e de Deputados do CH.*

Vai fazer realojamento com casotas? Vai fazer um programa de casotas? E depois vai o dono para a casota também?

*Aplausos e risos do CDS-PP e de Deputados do PSD, do CH e da IL.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, por amor de Deus! Por amor de Deus, tenha noção do ridículo! Tenha noção do ridículo!

Eu estava a pensar que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não deu nome a isto, mas até sugiro fazer um projeto tipo «Pet Feliz». É um projeto «Pet Feliz», em que agora vai com as casotas, vai com os assistentes sociais, vai com os programas de realojamento.

*Risos do PSD.*

Ah, e já me tinha esquecido de outra: a junta médica. Os senhores são contra os veterinários,...

*Protestos do Deputado do PS Rui Jorge Santos.*

... mas depois querem juntas de veterinários a irem para dentro de casa das pessoas, ver se os animais estão bem ou mal.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, se o ridículo pagasse imposto...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do CH e da IL.*

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Olhe, o CDS já não existia!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Eu acho que todos aqui, todos mesmo, defendemos o bem-estar animal. Não acredito que algum dos 230 Deputados seja contra o bem-estar animal e, certamente, estaremos na fila da frente também a criticar os maus-tratos gratuitos ou até o abandono — que, infelizmente, como se viu esta semana, não se restringe aos animais, pois também há quem abandone crianças. Estamos de acordo quanto a isso.

Agora, aquilo que é presente hoje a debate são propostas a que eu, numa primeira instância, chamaria maximalistas, mas o Sr. Deputado João Almeida, e bem, disse as coisas como elas são: um autêntico disparate, porque não resolvem o problema e, pelo contrário, poderiam criar outros.

Dou alguns exemplos. Primeiro, a proibição total! A esquerda adora a palavra «proibição».

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Proibir, regular e taxar é basicamente o léxico da esquerda. Proibição total de algumas coleiras. Algumas destas coleiras são usadas por profissionais certificados para treino; não são usadas apenas gratuitamente. Proibir de forma unilateral as coleiras é como proibir os carros porque há quem cometa infrações. É verdade, há quem conduza bêbado e espatife o carro, mas isso não justifica proibir os carros todos. A mesma coisa relativamente a estas coleiras, que são muitas vezes usadas por profissionais certificados em programas de treino, e não apenas para violência gratuita — que, uma vez mais, obviamente, nós criticamos.

Depois, há a questão da definição do espaço que os animais podem ocupar. O Sr. Deputado João Almeida já expôs o ridículo da situação. Na verdade, nos diplomas, aparecem lá referências a varandas abertas, alpendres e espaços afins. Srs. Deputados, o que é que são «espaços afins»? Quem é que vai definir o que são «espaços afins»? É a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real e o Sr. Deputado Fabian Figueiredo? Vão lá às varandas com uma fita métrica definir o que é um «espaço afim», se é permitido ou não? É que nem sequer tipificam nas normas o que é que são «espaços afins». Portanto, fica para a consideração de alguém que depois vá regular isto e decidir se é adequado ou se não é adequado ao bem-estar.

Depois, há a questão do confinamento. É que isto não se aplica só aos apartamentos de Lisboa, do Príncipe Real. E os cães de gado e de pastoreio?

*Protestos do PAN.*

Alguns deles são bastante agressivos pela sua natureza.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que ignorância! Estude direito, abra um livro de direito, pelo menos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é ignorante, nada!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não podem ficar confinados? Vai lá a Sr.<sup>a</sup> Deputada, durante a noite, passeá-los?

*Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

Onde é que ficam estes cães?

Já agora, há a proposta do Livre, que sugere que agora se faça uma campanha de captura, esterilização e devolução dos animais, como se faz aos gatos. É verdade, faz-se isso às colónias de gatos e funciona bem. Agora, sugerir fazer isto a uma matilha de cães é um risco enorme de saúde pública. É um risco, efetivamente, e não há capacidade para tal.

Portanto, o Livre propõe pegar nos cães, esterilizá-los e devolvê-los à rua, devolvê-los ao frio. Isto não faz sentido absolutamente nenhum. É que um cão não é um gato, Srs. Deputados. Não sei se alguma vez pensaram nisso: um cão é um cão, um gato é um gato. Os comportamentos são diferentes. Um gato ainda consegue sobreviver na rua; cães em matilha são perigosos.

Uma vez mais, é uma ideia saída do laboratório de ideias do Livre, sediado em Marte, que aterrou aqui no Parlamento, e nós temos de a discutir.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E a IL não tem nenhuma! O que é que a IL tem para apresentar?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Enfim, Srs. Deputados, tomem lá este osso!

*Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais inscrições, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real para o encerramento.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não posso deixar de perguntar onde é que anda o PSD de António Maria Pereira ou até de Cristóvão Norte, que já não vemos nesta Sala,...

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ui, Jesus!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... porque é lamentável ver a intervenção dos Srs. Deputados, sobretudo face ao caminho que foi feito; ou até mesmo ver a intervenção absolutamente ridícula do Sr. Deputado João Almeida, que também trai aquilo que era o CDS de Narana Coissoró. Há aqui, de facto, um legado em matéria da lei de proteção animal que ignoraram.

Os Srs. Deputados vêm para aqui ridicularizar, mas há animais que vivem 7 horas por dia, todos os dias da semana, 365 dias, acorrentados a uma corrente deste tamanho.

*A oradora exibiu uma corrente.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

E não varia consoante a paisagem, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Não sofrem mais ou menos por estarem acorrentados sobre os seus próprios dejetos, com a corda ao pescoço, já a entrar-lhes na carne, sem terem qualquer tipo de condições de dignidade para sobreviver.

*Protestos de Deputados do PSD e do CDS-PP.*

É lamentável que o CDS e o PSD, que têm responsabilidades governativas, tenham sido as únicas forças política neste Plenário,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... em contraponto com todas as demais, a dizer que vão rejeitar esta lei, a ridicularizarem-na da forma como ridicularizaram, e que a IL tenha ido atrás.

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

É bom que os jovens da IL também saibam de que lado estão, porque não é no dos animais.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Parlamento Europeu aprovou, ainda recentemente, a proibição do acorrentamento animal. São ridículos?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — São!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não ouviram os veterinários? Há estudos que o dizem, e os veterinários portugueses — não é a Ordem dos Médicos Veterinários, são veterinários portugueses — que responderam ao estudo, mais de 70 %, disseram que é a realidade que encontram. A grande maioria dos animais que morreram em Santo Tirso estavam acorrentados. Os que morreram afogados em Loures, nas cheias, estavam acorrentados.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Isso é maus-tratos a animais!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Se as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados saíssem do conforto dos vossos gabinetes e fossem ao terreno, era a realidade que iam ver: animais a sofrer e animais que precisam que efetivamente tenhamos uma lei que proíba o acorrentamento.

Quando a estas correntes juntamos coleiras de choque para não ladrarem, e também coleiras de picos, o treino com métodos cruéis deveria ser, quando muito, uma exceção e não a regra.

Lamentamos que estejam do lado errado da história...

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — E eu lamento que a senhora viva em Marte!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e apelo às demais forças políticas que amanhã demonstrem a quem governa o País e a quem não está do lado dos animais que os restantes estão — por um Portugal livre de correntes e sofrimento animal.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Portugal não é só Lisboa!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portugal não é só Lisboa, mas isto há no resto do País!

O Sr. **Presidente**: — Terminado este ponto, vamos entrar no quinto ponto da ordem de trabalhos, que é o debate sobre a Petição n.º 125/XVI/1.<sup>a</sup> (Joana Castro e Costa) — Prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 453/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela prevenção do desaparecimento de pessoas com demência, 912/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência ou especial vulnerabilidade cognitiva, 915/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável, 919/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta integrada às demências em Portugal, com especial enfoque na segurança, acompanhamento e apoio às famílias, 921/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção ao desaparecimento de pessoas com demência, 929/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a proteção de pessoas com demência nos estabelecimentos

de saúde, 931/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Pela prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, 934/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de atuação para doentes em risco de fuga em todo o SNS e 938/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de prevenção para utentes com patologias do foro cognitivo e/ou psiquiátrico no Serviço Nacional de Saúde, garantindo simultaneamente o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento consagrado na Lei n.º 15/2014.

Há alguma mobilidade nas bancadas, para que os Srs. Deputados assumam a direção neste ponto, pelo que vamos aguardar.

*Pausa.*

Para apresentar o respetivo diploma, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia Estêvão, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Estêvão** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os petionários e também todos os cidadãos que subscreveram a petição que nos faz estar aqui, neste momento, com esta discussão.

A D. Avelina Ferreira é o caso que deu origem a esta discussão. Entrou no Hospital de São Francisco Xavier em dezembro de 2023, tinha demência e a sua condição era conhecida. A necessidade de acompanhamento foi sinalizada diversas vezes pelo seu marido. Ainda assim, conseguiu sair da unidade hospitalar sem que a situação tivesse sido prevenida. Foi encontrada sem vida dois meses depois.

O lamentável é que esta discussão não termina com este caso. Há muitas outras D. Avelinas que desaparecem de casa, de lares, de unidades de cuidados continuados, de hospitais e de serviços de urgência. Um são encontradas com vida; outras, lamentavelmente, não.

Quem vive esta realidade sabe que uma pessoa com demência pode num instante falar normalmente e, no instante a seguir, levantar-se, sair, perder-se e ficar em perigo em poucos minutos.

Quem conhece as instituições de saúde também sabe que muitas não estão preparadas para gerir este risco. Há portas de emergência que abrem facilmente, há saídas pouco vigiadas, circuitos mal controlados, serviços sobrelotados e equipas reduzidas. Isto não é apontar o dedo aos profissionais; é reconhecer que não basta exigir proteção, é preciso também dar condições para que quem está nas instituições possa proteger as pessoas.

*Aplausos do CH.*

É preciso ter profissionais formados, é preciso ter procedimentos claros, é preciso ter registo de risco, é preciso ter sinalização interna, é preciso saber quem acompanha, quem vigia, quem aciona o alerta e em quanto tempo.

A demência altera a memória, a orientação, o juízo crítico e a capacidade de pedir ajuda. Nestas situações, as famílias não podem ser tratadas como um problema para os serviços.

Muitas vezes, as famílias são quem melhor conhece o doente. Sabem quando estão mais agitados, mais desorientados, quando tentam sair, quando têm medo e quando precisam de ser tranquilizados. Por isso, o direito ao acompanhamento, previsto na Lei n.º 15/2014, tem de existir na prática, tem de ter consequências no terreno. Para existir na prática, é preciso ultrapassar barreiras institucionais, rotinas instaladas e interpretações restritivas que ainda afastam famílias, quando a sua presença pode ser não só útil, como segura e necessária.

O Chega já apresentou várias iniciativas neste domínio e, com este projeto, pretende dar continuidade a esse trabalho. Propomos identificação do risco logo no momento da triagem, sinalização interna, acompanhamento quando clinicamente justificado, pulseiras distintivas e, nas situações de maior risco, mecanismos de geolocalização, com respeito, naturalmente, pela proporcionalidade, pela proteção de dados e pelos direitos das pessoas. Propomos, também, formação para os profissionais de saúde, segurança e serviços subcontratados, um protocolo nacional para risco de fuga e respostas rápidas nas primeiras horas, em articulação com a comunidade.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é este o sentido desta petição e é este o sentido do projeto do Chega.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje trazemos a esta Assembleia uma iniciativa que fala, acima de tudo, de humanidade, dignidade e responsabilidade coletiva.

Todos conhecemos famílias que vivem diariamente o drama da demência — pessoas que, pouco a pouco, vão perdendo a orientação, a memória, a perceção do perigo e a autonomia. Quando uma pessoa com demência desaparece, cada minuto conta, pois cada minuto pode significar a diferença entre a vida e a tragédia.

O que, infelizmente, continua a acontecer em Portugal é que demasiadas famílias ficam entregues a si próprias, sem respostas rápidas, sem articulação entre entidades, sem procedimentos claros e, muitas vezes, sem qualquer apoio efetivo do Estado.

É precisamente para responder a essa realidade que o JPP propõe a criação de um plano nacional de prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência ou com especial vulnerabilidade cognitiva.

Queremos uma resposta coordenada entre hospitais, forças de segurança, proteção civil, autarquias e instituições sociais; queremos protocolos rápidos de atuação; queremos formação adequada para os profissionais; queremos garantir que uma pessoa vulnerável não fique perdida num corredor do hospital, numa sala de espera ou numa rua, sem que exista capacidade de resposta imediata.

Mas queremos também prevenir, através da sinalização adequada, do acompanhamento efetivo, da comunicação com cuidadores e da utilização responsável de mecanismos de alerta e localização, sempre com o respeito absoluto pela dignidade humana, pela privacidade e pelos direitos fundamentais.

Uma sociedade que envelhece tem o dever de proteger os mais vulneráveis, e o grau de civilização de um país mede-se também pela forma como trata aqueles que já não conseguem defender-se sozinhos. Acredito, pois, que nenhuma família deve viver este sofrimento em abandono e acredito que o Estado não pode continuar a responder tarde quando o tempo é, precisamente, o bem mais precioso nestas situações.

Por isso, é tempo de agir com responsabilidade, sensibilidade e, acima de tudo, com humanidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queremos também dirigir uma primeira palavra de saudação aos peticionários, aos subscritores desta petição, e um agradecimento por trazerem este assunto à Assembleia da República. Consideramos, de facto, de uma grande importância a preocupação que partilham connosco e as recomendações concretas que fazem.

Estamos a falar de um problema bastante sério. Ficamos sempre sensibilizados quando tomamos conhecimento de pessoas com demência que se encontram desaparecidas, mas isso não é suficiente, sendo preciso adotar medidas concretas para o prevenir, aliás, como afirma esta petição, com medidas até dirigidas a diversos setores e a diversas áreas, que consideramos bastante válidas para evitar que volte a acontecer.

Foi por isso que o PCP decidiu acompanhar a discussão desta petição com uma iniciativa legislativa, em que propomos que sejam tomadas medidas para garantir o direito ao acompanhamento dos doentes nos serviços de saúde. Propomos que sejam emitidas orientações para as unidades de saúde, com o objetivo de prevenção das saídas e as medidas a adotar, caso aconteçam; que sejam reforçadas as capacidades financeiras e tecnológicas das unidades de saúde, porque isto exige que também haja investimento em meios, em recursos, para garantir que as instituições dispõem das condições para proteger e garantir o adequado acompanhamento das pessoas com demência. Propomos ainda que sejam reforçados os recursos humanos para, de facto, assegurar este acompanhamento e a segurança de todos os utentes.

São medidas que reforçam a proposta que o PCP já tinha apresentado, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2026, que foi aprovada e que importa que agora seja, de facto, concretizada, para ser uma realidade em todas as unidades de saúde.

Não estamos perante um ou outro caso, não estamos perante uma ou outra pessoa com demência que desaparece. Em três anos, foram registadas 420 queixas na Entidade Reguladora da Saúde, de saídas indevidas de doentes. Isto revela, de facto, que há aqui um problema concreto, que exige, efetivamente, a adoção destas medidas.

Estas situações não estão dissociadas das carências das unidades de saúde, em particular a falta de profissionais de saúde, os constrangimentos dos serviços, nomeadamente dos serviços de urgências dos hospitais, que levam muitas vezes à imposição de restrições, como seja a de não permitir o acompanhamento dos doentes.

Consideramos que a legislação é muito clara relativamente a esta matéria em concreto: garante o direito do utente a ser acompanhado por uma pessoa. Portanto, cabe ao Governo garantir as condições, as medidas concretas, para assegurar não só a concretização deste direito, mas também a segurança e a proteção de todos os doentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Seabra, para apresentar o projeto do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Seabra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Peticionários: Há doenças que tiram anos de vida, mas há doenças que tiram vida aos anos. A demência é uma delas. É talvez uma das doenças mais duras que uma família pode enfrentar, porque não chega de repente; chega devagar, em silêncio, e vai roubando, pouco a pouco, aquilo que nos define enquanto pessoas: primeiro, a memória recente; depois, a orientação; depois, as palavras; depois, os rostos, até ao dia em que uma mãe deixa de reconhecer um filho, um marido deixa de reconhecer a mulher de toda uma vida, ou alguém sai de casa e deixa de saber o caminho de volta.

Todos nós conhecemos histórias assim. Todos nós temos um familiar, um vizinho, um amigo, um colega, um utente que vive esta realidade. Permitam-me um testemunho que tantas famílias repetem: «Ela já não sabe o meu nome, mas eu continuo a ser filha dela todos os dias.» Esta frase resume tudo: resume a dor, mas também o amor, a entrega e a solidão de milhares de cuidadores em Portugal, porque a demência não atinge apenas quem recebe o diagnóstico, atinge toda a família. Atinge quem passa noites sem dormir, com medo de que o pai saia de casa; quem vive constantemente em alerta; quem deixa de trabalhar; quem vive exausto, física e emocionalmente; quem sente culpa por não conseguir fazer mais; quem cuida sozinho.

Há um medo particularmente angustiante: o do desaparecimento. Infelizmente, temos conhecido casos de pessoas com demência encontradas depois, desorientadas, vulneráveis, em risco de vida. Nestas situações, o tempo salva vidas e cada minuto conta.

Por isso, falar de demência não é apenas falar de saúde; é falar da dignidade, da segurança, da humanidade, da responsabilidade coletiva.

Em Portugal, estima-se que mais de 200 000 pessoas vivem atualmente com algum tipo de demência, sendo a doença de Alzheimer a forma mais prevalente. Com o envelhecimento da população, sabemos que esta realidade irá aumentar.

O projeto de resolução que hoje apresentamos recomenda ao Governo o reforço da resposta integrada às demências em Portugal, com especial enfoque na segurança, no acompanhamento e no apoio às famílias. Propomos reforçar a estratégia nacional para as demências, melhorar a articulação entre saúde, forças de segurança e comunidade, investir na formação dos profissionais, reforçar mecanismos de prevenção de desaparecimentos e garantir respostas mais humanas e mais próximas.

Fazemos esta proposta, reconhecendo também o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... que recentemente reforçou o Plano Nacional da Saúde para as Demências, aprovando um novo modelo de governação e consolidando a implementação de percursos integrados de cuidados nas ULS (unidades locais de saúde). Esta prioridade ficou também refletida no Orçamento do Estado para 2026, com medidas dirigidas à proteção e acompanhamento das pessoas com demência, porque uma sociedade verdadeiramente humana mede-se também pela forma como protege quem está mais vulnerável.

Quem perde a memória não pode perder a dignidade. Quem vive desorientado não pode viver abandonado. E quem cuida não pode continuar a cuidar sozinho.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Seabra** (PSD): — A nossa responsabilidade é garantir que nenhuma pessoa com demência se perde da sociedade antes de a sociedade cuidar dela.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.*

O Sr. **Presidente:** — Para a apresentação da iniciativa do PAN, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A demência não se pode combater com indiferença. O caso de Avelina Ferreira é lamentável e chocante, e demonstra graves falhas no tratamento das pessoas com demência a vários níveis, que personificamos neste exemplo, porque claramente também temos de dar um rosto e um nome àquele que é hoje um problema claro no nosso País, que tende a agravar-se com a inversão da pirâmide demográfica.

Em primeiro lugar, este problema traduz-se na falta de acompanhamento e cuidado a pessoas em estado de vulnerabilidade e dependência, mostrando uma clara violação do direito ao acompanhamento consagrado na lei. Em segundo lugar, sabemos que, em casos de desaparecimento de pessoas com demência, as primeiras 24 horas são absolutamente essenciais para salvaguardar a sua segurança. A demora no sistema de videovigilância tem adiado, infelizmente, ainda mais a resposta.

Por outro lado, este é um sintoma da sobrelotação de um sistema de saúde cujos profissionais não conseguem dar resposta e acompanhamento adequado a casos de vulnerabilidade, devido à enorme quantidade de trabalho a que estão sujeitos diariamente. Precisamos, pois, de um sistema mais humano, mais bem preparado para acolher e acompanhar quem vive com esta doença e as suas famílias, indo também ao encontro dos petionários, que hoje nos permitem ter este tema em debate e a quem agradecemos, evidentemente, a sua mobilização.

Em respeito não só pela sua luta, mas também pelas pessoas que sofrem de demência, é urgente formar profissionais, reforçar os direitos das pessoas vulneráveis e apostar na prevenção e no diagnóstico precoce.

Devemos também garantir maior segurança aos doentes, através de soluções de identificação e apoio aos acompanhantes. E porque o tratamento vai muito além da medicação, é fundamental assegurar o acesso a terapias não farmacológicas participadas.

Só assim poderemos cuidar de quem vive com demência, que é um dever de dignidade da pessoa humana da nossa sociedade, mas também cuidar de quem cuida e ajudar as famílias e as pessoas a terem a resposta de que precisam do Estado.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria começar por cumprimentar os petionários e agradecer o trabalho e a persistência com que trouxeram até à Assembleia da República o tema da proteção das pessoas com demência.

A história da Avelina, que esteve meses desaparecida depois de sair sozinha de um hospital, e tantos outros relatos de pessoas com demência, deixadas sozinhas em contexto de cuidados de saúde, mostram-nos que não estamos perante um caso isolado, mas uma falha estrutural e que exige resposta.

A demência é uma questão central de saúde pública. Atualmente, vivem no nosso País quase 240 000 pessoas com demência, o que representa 2,3 % da população total. E este número deverá aumentar para 370 000 pessoas até 2050.

Esta condição coloca as pessoas que vivem com demência numa situação de especial vulnerabilidade, particularmente quando recorrem a estabelecimentos de saúde onde o ambiente desconhecido e os tempos de espera podem criar situações de desorientação. E estes riscos têm-se concretizado em casos de desaparecimento. Em dezembro de 2023, Avelina Ferreira deu entrada nas urgências do Hospital São Francisco Xavier, em Lisboa. Apesar de o seu acompanhante ter sinalizado que a utente tinha demência e necessitava de acompanhamento, não lhe foi permitido permanecer com ela. Avelina saiu sozinha do hospital e esteve desaparecida durante três meses, tendo sido encontrada sem vida em fevereiro de 2024, numa mata próxima da unidade hospitalar. Este caso deu origem à petição que discutimos hoje e que reúne mais de 9800 assinaturas.

A resposta a estas situações não pode continuar a depender da capacidade de mobilização das famílias ou das suas redes de contactos e deve antes assentar em mecanismos institucionais. Em paralelo, registamos também falhas no cumprimento dos direitos dos utentes e na proteção das pessoas vulneráveis. Em 2023, a Entidade Reguladora da Saúde recebeu quase 1000 queixas relacionadas com o acompanhamento durante a prestação de cuidados. A dimensão do problema levou a ERS (Entidade Reguladora da Saúde) a emitir, em 2024, um alerta de supervisão dirigida aos hospitais para reforçar o cumprimento do direito ao acompanhamento.

É a partir da chamada de atenção de todos os peticionários, mas também da ERS, que o Livre apresenta uma iniciativa para reforçar a proteção de pessoas com demência nos estabelecimentos de saúde e, em particular, para melhorar a divulgação dos direitos dos acompanhantes nos estabelecimentos do SNS (Serviço Nacional de Saúde), para avaliar mecanismos de identificação e referenciação de utentes que sejam proporcionais e respeitem a dignidade da pessoa, para reforçar a formação em matérias de demência para todos os trabalhadores dos estabelecimentos de saúde e para analisar e monitorar os incidentes ocorridos.

O que está hoje em discussão é garantir que casos como o da Adelina não se repetem e que, daqui para a frente, qualquer pessoa com demência que entre num hospital saiba que não ficará sem acompanhamento.

#### *Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Correia.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Peticionários: Discutimos, hoje, uma matéria que nos interpela enquanto sociedade, a proteção das pessoas mais vulneráveis, em particular das pessoas que vivem com demência. Falamos de cidadãos que, muitas vezes, perdem progressivamente a capacidade de orientação, de comunicação e de autoproteção. E falamos também das suas famílias e cuidadores, que vivem diariamente com a angústia, o desgaste emocional e o medo constante de uma situação de desaparecimento.

A petição que hoje apreciamos nasce de um caso concreto, profundamente marcante e doloroso. Um caso que expôs fragilidades que não podem ser ignoradas e que mobilizou milhares de cidadãos em torno da necessidade urgente de melhorar os mecanismos de prevenção e de resposta.

O Partido Socialista saúda os peticionários pela coragem cívica e pelo contributo dado para este debate.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o envelhecimento da população portuguesa e o aumento do número de pessoas com doenças neurodegenerativas obrigam-nos a responder com mais capacidade, mais coordenação e com mais humanidade. O nosso País conta com a estratégia da saúde na área das demências desde 2018, mas aquilo para o que esta petição quer chamar a atenção está mais relacionado com a segurança destas pessoas. É verdade que já existem boas práticas em algumas unidades de saúde e em alguns territórios. Existem protocolos locais, sistemas de identificação eletrónica e experiências positivas de articulação entre instituições, hospitais, forças de segurança, proteção civil e autarquias. Mas também é verdade que essas respostas continuam demasiado dependentes da iniciativa local e da capacidade instalada de cada instituição. Não é suficiente que a segurança de uma pessoa de especial vulnerabilidade dependa da maior ou da menor sensibilidade de cada instituição para este fenómeno.

É nesse sentido que o Partido Socialista apresenta uma iniciativa que propõe uma estratégia integrada que assenta em cinco pilares fundamentais: o melhor conhecimento e a caracterização do fenómeno; uniformizar

protocolos de atuação imediata e reforçar a articulação entre as instituições; investir na formação especializada de profissionais de saúde, forças de segurança, cuidadores e outros agentes que lidam diariamente com situações de risco; promover campanhas nacionais de sensibilização e de informação, combatendo o isolamento das famílias e mobilizando a comunidade; garantir o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento das pessoas em situação de especial vulnerabilidade.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta é uma discussão sobre dignidade humana e responsabilidade coletiva. O nosso compromisso, mais do que palavras, deve ser o de agir, com ações concretas e com humanidade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os subscritores da Petição n.º 125/XVII/1.<sup>a</sup> e por agradecer o terem trazido à Assembleia da República a preocupação sobre a prevenção e a resposta ao desaparecimento de pessoas com demência.

Esta petição nasce de um caso concreto que deve servir de ponto de partida para este tema. O que está em causa é saber se o sistema está preparado para proteger pessoas que, num determinado momento da vida, se encontram numa situação de especial vulnerabilidade. E esta preocupação não se limita às pessoas com demência.

Em contexto hospitalar podem existir doentes com alterações cognitivas, estados de desorientação, doença psiquiátrica ou outras situações clínicas que aumentem o risco de fuga ou de saída inadvertida de uma unidade de saúde. E será que existem procedimentos claros, uniformes e aplicáveis em todo o SNS? Ou será que a segurança destas pessoas depende da unidade de saúde onde entram, da equipa que está de serviço ou da existência de uma boa prática?

O próprio Ministério da Saúde, em resposta enviada à Comissão de Saúde, confirmou a necessidade de implementação de uma política integrada e respetivos procedimentos nesta matéria, aproveitando medidas e ferramentas que já existem. O direito ao acompanhamento dos utentes nos serviços de saúde já está previsto na lei. Existem programas como o Estou Aqui Adultos! da PSP e o Apoio 65 — Idosos em Segurança, da GNR (Guarda Nacional Republicana). E existem também bons exemplos dentro do próprio SNS. Na ULS Almada-Seixal, no Hospital Garcia de Orta, foi implementado um protocolo para doentes em risco de fuga com pulseiras RFID (Radio-Frequency Identification) que ativam alarmes e encerramento de portas em casos de tentativa de saída, com critérios clínicos, informação ao doente e à família, consentimento, validação médica, regras de confidencialidade e articulação entre profissionais de saúde e equipas de segurança.

No Hospital de São João existe um sistema semelhante. E são exemplos que mostram que é possível agir e prevenir.

O que falta é garantir que as boas práticas não dependem apenas da iniciativa de cada ULS. E é isso que a Iniciativa Liberal propõe.

Estamos a propor procedimentos claros para identificar riscos, para sinalizar doentes, para garantir o seu acompanhamento, para melhorar a articulação entre unidades de saúde, forças de segurança, proteção civil, autarquias e a comunidade e para atuar rapidamente quando há uma fuga de um doente.

Devemos usar a tecnologia sempre que faça sentido, mas de forma proporcional, justificada e respeitadora dos direitos dos utentes e da proteção de dados, porque proteger pessoas vulneráveis obviamente não pode ser retirar-lhes dignidade.

Este debate mostra que há uma preocupação transversal neste Parlamento — e ainda bem! —, mas essa preocupação tem de se transformar numa resposta concreta e operacional. Quando falamos de pessoas com demência ou de pessoas em situação de especial vulnerabilidade, não podemos aceitar que a sua proteção dependa da sorte, da geografia ou da capacidade da família para se mobilizar. A resposta tem de estar preparada, coordenada e ser transversal a todo o SNS. E é isso que este nosso projeto de resolução pretende garantir.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O envelhecimento da população traz consigo um aumento expressivo dos casos de demência; o risco duplica a cada cinco anos depois dos 65. São doentes que perdem orientação no tempo e no espaço e que ficam particularmente vulneráveis quando dão entrada no hospital.

Têm sido reportados episódios trágicos de fuga destes doentes nos hospitais do SNS, muitas vezes apesar dos avisos repetidos de familiares e cuidadores.

A Entidade Reguladora da Saúde recebeu, só no primeiro trimestre de 2025, 335 reclamações por falhas no procedimento de alta e mais de 4000 reclamações relacionadas com o direito ao acompanhamento, metade delas registadas em serviços de urgência. Alguns hospitais já adotaram pulseiras eletrónicas que reduzem significativamente o risco de fuga e isso é um sinal positivo. Mas estas soluções continuam a ser uma lotaria geográfica, depende do hospital onde se calha. Isto não é aceitável num SNS que é universal e que tem de ser equitativo.

Acompanhando a petição da Joana Castro e Costa, que saúdo particularmente, e também os mais de 9700 cidadãos que a subscrevem, propomos que o Governo crie, no prazo de seis meses, um sistema universal de pulseiras distintivas para estes utentes, com critérios clínicos claros e formação adequada dos profissionais, e que garanta, de uma vez por todas, o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento que está consagrado na lei. A proteção dos mais vulneráveis não pode ser uma exceção, tem de ser a regra em todos os hospitais do País.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Já todos os grupos parlamentares fizeram referência ao caso que deu origem a esta petição, mas considero que é relevante repeti-lo, tendo em conta a gravidade da situação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Em final de 2023, uma senhora com demência saiu do Hospital São Francisco Xavier e desapareceu sem que ninguém tivesse dado conta. E foi apenas pela preocupação do seu marido face à situação, à doença da mulher, que os profissionais de saúde deram conta da saída e deram conta de que a senhora tinha desaparecido. Infelizmente, neste caso em concreto, a senhora foi encontrada dois meses depois, morta, nos arredores do hospital.

As demências são um enorme desafio à saúde pública em Portugal e em qualquer parte do mundo ocidental. São mais de 200 000 pessoas que sofrem de algum tipo de demência, sendo — como já foi dito também — que o Alzheimer é a forma mais prevalente de demência. E é normal que, com o envelhecimento da população e com o aumento da esperança média de vida, os casos de demência venham a aumentar nos próximos tempos.

Viver com demência representa e caracteriza-se por um conjunto de alterações cognitivas e progressivas, e são estas alterações que deixam os doentes e as próprias famílias em situações de extrema gravidade. O que aconteceu no final de 2023, infelizmente, não é um caso isolado e levanta sérias dúvidas sobre os sistemas de prevenção e de resposta a estas situações.

Por isso, é importante que ponderemos várias medidas para o solucionar. Desde logo, reforçar a Estratégia da Saúde na Área das Demências. O Governo aprovou; o Governo reforçou; muitas das medidas que ouvi aqui dos vários grupos parlamentares — e todo um conjunto de outras medidas que não tenho tempo para indicar — já estão incluídas nessa Estratégia.

Precisamos mesmo de resposta. A sociedade tem de responder a esta situação.

---

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Com esta intervenção concluímos este ponto da agenda e chegámos também ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

Resta-me recordar que o Plenário amanhã começa às 10 horas, com dois pontos na agenda: o debate setorial com o Ministro da Economia e Coesão Territorial, ao que se seguirão as votações.

Até amanhã, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

*Eram 18 horas e 45 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.